

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 313
17 de Janeiro de 1980

Preço: 10\$00

SEMÁNARIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390

Composição e impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa



Pág. 9

Congresso em Maio da Juventude Comunista

Um programa para destruir Abril DEMAGOGIA DESCARADA RECUPERAÇÃO CAPITALISTA ROTURA INSTITUCIONAL

Pág. 3



Centro de Apoio à Terceira Idade, em Avis: "Nunca, nunca como agora tivemos uma vida melhor!"



Em cima: A miudagem fica nas creches enquanto os pais vão para o trabalho. Em baixo: Dirigentes da Cooperativa 1.º de Maio falam ao "Avante!"



Uma vida melhor também se semeia

Em terras do Alentejo e Ribatejo defende-se a Reforma Agrária produzindo mais e melhor. Mas a Reforma Agrária, que o mesmo é dizer o pão, o trabalho e a certeza de um futuro melhor, também se defende com obras sociais, sob a iniciativa, o apoio e a direcção dos próprios trabalhadores. Hoje falamos das creches e do Centro para a Terceira Idade da Cooperativa 1.º de Maio, em Avis. O «Avante!» esteve lá. O que vimos e ouvimos não deixa margem para dúvidas.

(págs.centrais)

O Afeganistão na mira do imperialismo

Para além das calúnias, das invencionices, do antisovietismo e do anticomunismo militantes — que se passa realmente no Afeganistão? Para além do clima de guerra-fria que Washington, para satisfazer necessidades internas, procura instaurar — o que faz e o que pensa o povo afegão? Para além das falsidades divulgadas pelo imperialismo — qual é a verdadeira posição da União Soviética? À resposta a estas e outras questões dedicamos o "Em Foco" de hoje.

Pág. 12



Pág. 2

Editorial

UM «PROGRAMA» CONTRA ABRIL

Editorial

UM «PROGRAMA» CONTRA ABRIL

O Governo de direita, presidido por Sá Carneiro, iniciou a sua actuação com a presença física do ministério e a apresentação ao Parlamento do Programa que se propõe realizar no limitado prazo que o carácter intercalar das eleições de 2 de Dezembro estritamente lhe confere.

Antes de mais, contemplando várias das ministeriais caras sentadas na bancada do Governo, lendo a extensa lista dos ministros, secretários e subsecretários de Estado que compõem o novo elenco governamental não se pode deixar de sorrir da cômica “indignação” com que os responsáveis máximos do PPD e do CDS repudiavam a paternidade dos defuntos governos Mota Pinto e Nobre da Costa imputada pelo PCP e a rabulice com que na campanha eleitoral acusavam de “governos da maioria de esquerda” esses mesmos que os antecederam nas cadeiras governativas, governos que eles, os responsáveis do PPD e do CDS e toda a imprensa reacção, responsabilizavam pelas infinitas desgraças do Povo português.

Vê-se agora... Lá estão muitos deles no seu sítio, no seu Governo de direita quimicamente pura, disciplinados pela batuta directa de Sá Carneiro acolitado por Freitas do Amaral, lá estão vários dos excelentíssimos ministros, secretários e subsecretários de Estado dos defuntos governos Mota Pinto e Nobre da Costa e mesmo alguns do CDS, participantes do governo de coligação PS/CDS.

Muitos dos verdadeiros responsáveis pelas desgraças do Povo português ocupam agora de novo as pastas — as mesmas ou outras — que ocuparam em governos anteriores.

A composição social e política da nova equipa governamental não deixa, pois, lugar a dúvidas: é um Governo de grandes capitalistas e latifundiários, bem conhecidos pelo seu ideário político reacção.

O novo Governo trouxe à Assembleia da República as linhas — e mesmo as “entrelinhas” — muito gerais e muito sofisticadas do que se propõe fazer nestes 8 meses de governação.

O Programa, juntamente com o discurso de apresentação do Primeiro-Ministro e as intervenções complementares dos ministros e representantes dos diversos partidos e grupos da coligação governamental, formam um todo e ajudam a compreender a filosofia, os propósitos, os métodos de acção e até um pouco dos planos confessados de maior fôlego que este Governo de 240 dias e a maioria parlamentar tangencial que o apola se propõe levar à prática.

Por outro lado, o debate do Programa, reaberto antenem com o discurso de Freitas do Amaral, marcado por feroz anti-sovietismo e pelo enfeudamento da política externa portuguesa à estratégia belicista ao imperialismo, tem trazido uma maior aclaração política não somente quanto às posições e objectivos do Governo como das posições dos partidos que se lhe opõem, das quais devem destacar-se as duas moções de rejeição já anunciadas pelo PCP e pelo PS.

O Povo português, a classe operária, todos os trabalhadores, podem e devem desde já ir formu-

lando um juízo seguro sobre o novo estado de coisas no País; podem e devem desde já tirar conclusões que lhes permitam apreender, tanto quanto possível, as particularidades da nova situação criada pela existência de um Governo de direita apoiado por uma maioria parlamentar tangencial de direita e os perigos e ameaças daí resultantes para a democracia portuguesa.

Isso permitir-lhes-á também, de maneira correcta, avallar as condições e a importância da luta que é necessário travar e as reais possibilidades do movimento popular e democrático de defender e consolidar as conquistas fundamentais de Abril ameaçadas pela reacção.

★ ★

E de passagem, considerando as incursões programáticas do Governo nos domínios da inconstitucionalidade e os seus limites temporais, convém também aclarar a questão da falta de autoridade dos actuais governantes para levarem avante as medidas de fundo de recuperação capitalista enunciadas no Programa.

É óbvio que ninguém responsabilizou o método de Hondt, como pretende fazer crer o Primeiro-Ministro e o ultra Lucas Pires, pela anomalia eleitoral que permitiu à direita coligada, com uma minoria de votos, obter a maioria dos mandatos. O método de Hondt é uma fórmula intrinsecamente ligada na nossa Lei Fundamental ao princípio democrático da proporcionalidade do voto. Hoje favoreceu a direita amanhã pode favorecer a esquerda.

Esgarindo contra a falsa questão do método de Hondt, Sá Carneiro procura desviar as atenções da questão de fundo apontada pelo PCP, ou seja, a dos métodos da coacção, de intimidação, de pressões de toda a ordem (políticas, económicas, morais, religiosas) exercidas pelas forças da direita para forçar os abstencionistas a votar AD não conseguindo mesmo assim passar dos 44% dos votos expressos o que lhe retira autoridade para falar em nome da maioria do Povo português.

★ ★

Mas a direita coligada obteve a maioria dos mandatos, nessa base recebeu o encargo de formar governo e neste plano a Constituição foi cumprida. E o Programa aí está em debate na Assembleia da República e naturalmente vai passar com os votos da maioria parlamentar da direita.

O Programa, apesar das imprecisões e nebulosidades, é suficientemente explícito na dualidade da política do Governo: por um lado, a demagogia mais impudente e por outro, a ruptura institucional para a recuperação capitalista acelerada.

A afirmação do Primeiro-Ministro de que o Governo “recusará seguir os caminhos fáceis mas fraudulentos da demagogia” e as declarações “antidemagógicas” de alguns deputados da direita não anulam o facto por

demais evidente do carácter demagógico de várias das formulações programáticas.

É demagogia tudo o que engana o povo, tudo o que pretenda fazer passar como um bem aquilo que é um mal e que atenta contra os interesses e os profundos sentimentos democráticos do povo fingindo defendê-los.

É, por exemplo, pura demagogia afirmar que o Governo se limitará na sua actividade legislativa e administrativa ao “quadro constitucional existente” quando o Programa representa todo ele uma verdadeira ruptura institucional, quando propõe alterações legislativas que frontalmente se opõem à Constituição.

Uma das mais significativas consiste no propósito de uma “lei-quadro do referendo”, da “elaboração do regime jurídico do referendo”. Sá Carneiro, na sua intervenção procura minimizar a questão, tenta dar a ideia de que o referendo poderia ser apenas usado para simples e mais fáceis decisões, mas, na conhecida aceção doutrinaría do Primeiro-Ministro de que “aquilo que não é proibido é implicitamente consentido” a introdução do referendo como forma de consulta popular levaria direito e de facto à revisão inconstitucional da Constituição que tem sido, é e continua a ser um objectivo da direita.

É ainda demagogia afirmar o “escrupuloso respeito das normas constitucionais” nas relações com os demais órgãos de soberania quando são conhecidos a aberta hostilização e o desrespeito com que os chefes da Aliança Reaccionária, incluindo Sá Carneiro, se referem frequentemente aos órgãos de soberania — Presidente da República e Conselho da Revolução.

A arrogância da direita assume agora, com o controlo do Governo e da maioria parlamentar, a sua expressão mais histórica e provocadora. Porta-vozes dos partidos da coligação governamental como Lucas Pires, Pedro Roseta, Sousa Tavares, Casqueiro e outros, fizeram lembrar pelas suas intervenções na discussão do Programa os que, na Itália pré-fascista, criaram no Parlamento o clima de provocações que levou ao assassinato de Matteotti. É verdade que a História não se repete e o nosso povo já fez a dura prova do fascismo, mas as mesmas forças tendem para os mesmos métodos e os mesmos objectivos.

A direita age e fala como se tivesse o “rei na barriga”, porém as suas entranhas estão podres.

A constatação desta realidade é um factor de excepcional importância para o fortalecimento do movimento popular e democrático, para a derrota da direita nas jornadas que se avizinham.

★ ★

A recuperação capitalista acelerada é, contudo, o traço mais saliente da ruptura institucional que o Programa do Governo representa.

Nas medidas económicas que não se cingem ao curto prazo de vilegiatura do actual Governo, na política externa, tudo está virado para a liquidação das conquistas de Abril.

Saudação do PSUA ao PCP

A acrescentar às inúmeras saudações dirigidas ao Partido Comunista Português, a propósito dos resultados alcançados nas recentes eleições intercalares e para as autarquias, o Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha dirigiu uma mensagem, subscrita pelo

camarada Erick Honecker, secretário-geral, ao CC do PCP e ao camarada Álvaro Cunhal, cujo teor é o seguinte:

«Em nome do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, transmito aos comunistas e a todas as forças democráticas

coligadas na Aliança Povo Unido as nossas calorosas felicitações pelos significativos resultados obtidos nas eleições para a Assembleia da República e para as Autarquias Locais.

«Estes resultados, alcançados em difíceis condições de luta, são

testemunho da grande confiança das massas no vosso Partido como defensor consequente das conquistas democráticas da Revolução de Abril de 1974.

«Aproveito esta oportunidade para reafirmar os laços fraternos e a firme solidariedade do PSUA com a luta do vosso Partido».

18 de Janeiro de 1934
Dele mais que o luto ficou a acção

Quarenta e seis anos nos separam do 18 de Janeiro de 1934.

Deles mais que o luto ficou a acção.

Como sempre desde o 25 de Abril (e antes a data nunca foi esquecida) chega-nos da Marinha Grande um programa de comemorações. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, acompanhado pela população da vila e pelo movimento operário e democrático, presta a sua homenagem fraternal aos companheiros que naquela data empunharam as armas contra o fascismo.

São conhecidos os actos desse dia. Da acção armada contra as autoridades fascistas e da violenta repressão que se seguiu interessa-nos sobretudo reter a lição mais duradora no caminho que, sob a orientação do PCP, levou à criação de um poderoso Movimento Sindical Unitário encabeçado pela CGTP-IP.

Da acção de resistência de 18 de Janeiro contra a fascização dos sindicatos e a destruição completa dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores portugueses, safu incluíme e reforçado um projecto que iria vencer.

Era o trabalho junto das massas, chegando o Partido onde elas estavam, que iria comandar a acção futura contra a fascização dos sindicatos.

Venceram-se resistências, corrigiram-se erros. A luta pela unidade foi levada para dentro das corporações a que o fascismo chamava «sindicatos nacionais».

As massas operárias, os trabalhadores, viram desde início nessas corporações formas de associação ao serviço dos seus inimigos de classe. No entanto, a repressão e a coacção fascistas, juntas às promessas demagógicas, ao desemprego, à sindicalização obrigatória e a algumas vantagens mínimas levaram esses «sindicatos nacionais» a tomarem-se de facto amplas organizações de massas.

E o Partido passou a actuar onde estavam as massas trabalhadoras. E a actuar com êxito. O facto de as corporações serem armas nas mãos do patronato e do Estado fascista nunca assustou os comunistas. «A ida em massa aos sindicatos nacionais por meio de comissões, concentrações junto das

direcções fascistas para exigir a satisfação de todas as reivindicações dos trabalhadores; a convocação de assembleias para exigir eleições de novas direcções, a ida aos sindicatos nacionais de comissões exigir que sejam atendidas as principais petições e reivindicações das classes trabalhadoras, eis outras tarefas que se nos impõem na hora que passa e que nunca poderão ser esquecidas quando encaradas as mais importantes tarefas referentes a todo o movimento sindical», escrevia o camarada José Gregório no Relatório do CC ao II Congresso Ilegal do PCP, em 1946.

E, nessa hora que passava, já muitos êxitos se tinham obtido, sobretudo com a eleição de trabalhadores honestos para as direcções sindicais, sem nunca abandonar a luta nas empresas e formas de organização semilegal e clandestina na luta contra o fascismo.

Porque era afinal essa luta que se travava também com a actuação dos comunistas dentro dos «sindicatos nacionais».

Política unitária por

excelência, chamando à luta sindical todos os trabalhadores mesmo nas piores condições impostas pela repressão fascista, a actividade do Partido foi durante os longos anos da ditadura um ensinamento perene para a acção presente, para a profunda interligação dos sindicatos com as massas trabalhadoras e para o isolamento dos divisionistas. Por isso o 18 de Janeiro resiste na memória dos trabalhadores portugueses.

Comemorações na Marinha Grande

Promovidas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, as comemorações deste ano na Marinha Grande incluem hoje, amanhã e no dia 19 provas de atletismo, uma representação teatral («As Espingardas da Mãe Carrar»), teatro infantil, provas de atletismo, alvorada com foguetes, banda de música, um rancho folclórico, almoço de confraternização (cada um leva o seu), uma sessão de canto livre e intervenções por um dirigente do Sindicato e um representante da CGTP-IP.

No domingo, no mesmo CT, decorrerá, a partir das 9 e 30, idêntico encontro, este destinado aos camaradas das cooperativas de produção industrial e serviços.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes — 1399-Lisboa-CODEX. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 789744/789751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1399-Lisboa-CODEX. Tel. 789725/789722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 779826/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV — 1000 Lisboa. Tel. 789705. (Abrangem os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 28538.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.ª de Maio 186, Pedrúria — 3000 Coimbra. Tel. 31288.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779826.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 53-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impresso na Heeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Dezembro: 73 362



Reuniões e plenários

● Ferreira do Zêzere

Realiza-se amanhã, a partir das 21 e 30, no Centro de Trabalho de S. Bernardo, à Estrela, uma reunião destinada aos camaradas naturais do concelho de Ferreira do Zêzere que residem na área de Lisboa.

● Concelho de Almada

No pavilhão da Romeira, na Cova da Piedade, realiza-se no próximo sábado, às 15

horas, um plenário de quadros promovido pela Comissão Concelhia de Almada do PCP. O principal tema da reunião é o debate sobre os aspectos relacionados com as instalações do Partido naquele importante concelho.

● CP — Zona de Lisboa

De hoje a oito dias, portanto no dia 24, os comunistas da CP — Zona de Lisboa levarão a efeito, com início às 18 e 30,

um plenário de célula com a seguinte ordem de trabalhos: passagem de um filme sobre o IX Congresso; análise da situação política; e entrega de novos cartões. Estará presente o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC. O plenário decorrerá no CT Vitória.

● Cooperativas

No próximo sábado, às 14



9
Quarta-feira



Salgado Zenha

O dirigente socialista Salgado Zenha chefiava a delegação do PS que foi recebida pelo ministro-adjunto Pinto Balsemão, declarando à saída que o chamamento do nosso embaixador em Moscovo a propósito dos acontecimentos no Afeganistão fora «uma atitude megalómana, ditada por uma perspectiva bonapartista» do novo governo, acrescentando que tal iniciativa só podia entender-se num propósito de «desviar as atenções do povo português dos seus problemas para questões de guerra fria». ■ É publicada no «Diário da República» a portaria do secretário de Estado do Comércio Interno que fixa os preços e margens de comercialização da batata de semente para a campanha de 1979/80.

10
Quinta-feira

Tomam posse os 37 secretários de Estado do Governo de Sá Carneiro, sendo 17 apresentados como «independentes» e os restantes 20 divididos entre o CDS e o PPD/PSD. ■ A Comissão de Defesa dos Agricultores do Sotavento Algarvio anuncia que a maioria dos agricultores da região aceitaram a proposta de indemnização, pelos prejuízos resultantes da «geada negra», apresentada pelo MAP. ■ O secretário-regional-adjunto do Executivo açoriano, Correia da Cunha, destaca o apoio que as populações afectadas pelo sismo têm estado a receber do Continente, de outros países e também das ilhas que não foram afectadas, informando que das 13 000 pessoas que na ilha Terceira ficaram desalojadas, apenas três centenas foram evacuadas para Lisboa. ■ É noticiado que uma delegação da Fielroga se deslocará no próximo fim-de-semana a Moscovo para negociar o abastecimento de ramos de petróleo bruto a Portugal durante este ano, tentando manter a cota de importação de petróleo soviético ao mesmo nível de 1979. ■ Em comunicado as União Distritais de Agricultores (UDA) criticam a presença de João Goulão na Secretaria de Estado da Estruturação Agrária, recordando que a corrupção grassou durante a sua passagem pela mesma Secretaria de Estado. ■ O Governo de Sá Carneiro decide fazer regressar à administração da Empresa Pública Notícias Capital (EPNC) os elementos que foram afastados no V Governo por se oporem ao afastamento de Sousa Tavares da direcção de «A Capital». ■ O Secretariado da CGTP-IN informa que 141 organizações sindicais, representantes de 1 milhão e 300 mil trabalhadores, já anunciaram a respectiva inscrição para participarem no próximo III Congresso da CGTP-IN (aberto a todos os Sindicatos), contando-se entre os inscritos 28 organizações sindicais não filiadas na Central Sindical.

11
Sexta-feira

O deputado do CDS Lucas Pires comunica que tinha aceito o cargo de «coordenador-geral da Comissão Permanente da AD». ■ Os trabalhadores dos postos de abastecimento de combustível fazem uma paralisação de 24 horas como forma de luta pela revisão das respectivas tabelas salariais. ■ O Governo de Sá Carneiro apresenta o seu «Programa» na Assembleia da República. ■ O grupo parlamentar do PCP solicita ao presidente da Assembleia da República a convocação de uma conferência de representantes dos grupos parlamentares e partidos, devido à necessidade da rápida entrada em vigor da regulamentação legal sobre delimitação e coordenação da administração central, regional e local relativamente aos respectivos investimentos. ■ O grupo parlamentar do PCP propõe na Assembleia da República a constituição da Comissão Eventual de Solidariedade e Apoio às Vítimas do Terramoto dos Açores.

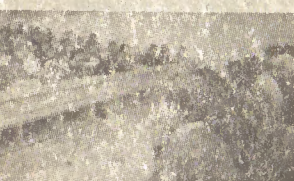
12
Sábado



Seminário Sindical Tempos Livres

No documento final do Encontro Nacional dos dirigentes sindicais dos sectores metalúrgico e mineiro, que terminou ontem, afirma-se nomeadamente que os trabalhadores e o seu Movimento Sindical Unitário têm força e capacidade suficiente para lutarem com êxito contra as medidas reacçãoárias do Governo de Sá Carneiro. ■ O Secretariado das UCPS/Cooperativas, Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e União dos Sindicatos do Distrito de Évora informam em comunicado que está a encontrar o melhor eixo entre os trabalhadores e, particularmente, nas UCPS/Cooperativas Agrícolas da Região dos Açores, lançada por solidariedade para com as vítimas do sismo na Faculdade de estas organizações dos trabalhadores. ■ Decorre na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa o Seminário dos Tempos Livres, promovido pela CGTP-IN, onde foi exigida a participação do Movimento Sindical na definição de uma política nacional de cultura e desporto. ■ O Movimento Democrático das Mulheres (MDM) realiza em Lisboa um seminário sobre a criança subordinado ao lema «Por um Futuro de Paz e Segurança para todas as Crianças».

13
Domingo



Encontro da JCP

Efectua-se a primeira grande reunião de trabalho da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), onde se decide convocar para o próximo mês de Maio o 1.º Congresso da Organização, resultante da unificação da UJC e da UEC. ■ A Comissão Nacional da Juventude Socialista, reunida neste fim-de-semana, decide reforçar o diálogo com as «organizações juvenis da esquerda democrática, designadamente da ASDI e da UEDS». ■ Médicos e técnicos de radiologia de oito países terminam o primeiro encontro sobre o progresso de radiologia, que se realizou em Lisboa durante três dias. ■ De acordo com as conclusões de uma recente reunião da Comissão Nacional da FAO, na qual participaram técnicos finlandeses, a floresta portuguesa cobre hoje cerca de três milhões de ha, mas poderão ser florestados outros 2,5 milhões de ha, com grandes vantagens económicas e sociais para o País.

14
Segunda-feira

O ministro dos Transportes, Viana Batista, empossa o novo presidente do Conselho de Gerência da TAP, Santos Martins. ■ Segundo o balanço oficial da tragédia que atingiu os Açores no passado dia 1, 45% das casas da cidade de Angra ficaram destruídas ou em condições que não permitem ser habitadas, tendo milhares de livros e documentos históricos sobre o liberalismo ficado soterrados na casa do investigador Machado Pires, além de muitas obras de arte, dadas como perdidas. ■ O general Altino de Magalhães, vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, preside, em representação do general Ramalho Eanes, à sessão solene de abertura do Curso de Defesa Nacional para 1980.

15
Terça-feira

Inicia-se na Assembleia da República o debate do programa do VI Governo Constitucional; Freitas do Amaral, ministro dos NE, faz uma intervenção onde se propõe fazer retornar a política externa do nosso país aos tempos da guerra-fria, num discurso que fez lembrar o consulado de Franco Nogueira. ■ Começa em Lisboa o julgamento do chamado «caso PRP». ■ Os serviços da Presidência informaram que o presidente da República, general Ramalho Eanes, efectuará uma visita oficial à Noruega entre os dias 3 e 5 de Junho próximo.

Região Autónoma dos Açores: Esforço e confiança na hora da reconstrução

A pouco e pouco, as populações da Região Autónoma dos Açores vão transformando a grave situação originada pelo sismo do primeiro dia deste ano de 1980, e que teve as consequências mais alarmantes nas ilhas Terceira e S. Jorge.



Amanhã no Pavilhão dos Desportos Espectáculo de solidariedade promovido pela «Cantarabril»

Amanhã, às 21 e 30, realiza-se no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, um espectáculo com dezenas de artistas, cuja receita reverterá a favor das populações açorianas atingidas pelo sismo.

A iniciativa pertence a uma cooperativa constituída por vários profissionais do espaço artístico, a «Cantarabril», e os fundos obtidos com a realização do espectáculo serão entregues ao Comando Operacional do Gabinete da Presidência da República - Centro de Coordenação e Apoio.

Entre outros, participarão Adriano Correia de Oliveira, Alfredo Vieira de Sousa, Armando

Caldas, Carlos Alberto Moniz, Carlos Mendes, Carlos Paredes, Carlos Paulo, Ciríaco (cantor açoriano), Edmundo Silva, Eduardo Vilaverde, Eunice Muñoz, Fernando Alvim, Fernando Farinha, lo Apoloni, Isabel Matos Rosa, grupo «Interpolopolo», João Fernando, Joaquim Pessoa, José Barata Moura, José Carlos Ary dos Santos, José Jorge Letria, José Manuel Osório, José Medeiros, José Duarte, José António Soares, Júlia Babo, Luísa Basto, Manuel Branco, Manuel Freire, Manuel Alberto Valente, Maria Dulce, Nuno Gomes dos Santos, Samuel, Teresa Paula Brito, grupo «Trovante», Victor de Carvalho

e conjunto de Jorge Nascimento. A cenografia é de Mário Alberto, a aparelhagem sonora foi graciosamente cedida pela «Amplison» e a luminotécnica é da responsabilidade de António Milau. As luzes foram cedidas pela Companhia Nacional de Teatro Popular (S. Luiz).

Os bilhetes, ao preço único de 100\$00, estão à venda nos Centros de Trabalho do PCP em Alcântara, Avenida da Liberdade (Vitoria), Alfama, e na Soeiro Pereira Gomes, nas instalações da «Cantarabril», na ABEP (Restauradores) e amanhã no Pavilhão dos Desportos.



Seminário MDM-AIC: transformar a situação da criança

Estudar e debater a realidade da criança, fortalecer o movimento de opinião em torno da defesa dos Direitos da Criança, mobilizar a população para a luta pela prática dos direitos da criança consagrados na Constituição, pressionar os órgãos do Poder para

a promulgação e aplicação prática da legislação relativa à infância em Portugal já aprovada na Assembleia da República, numa palavra, lutar pela mudança da situação da criança numa perspectiva de paz e solidariedade internacional, eis os objectivos — debate sobre a realidade da criança em Portugal, incidiu

sábado passado, no Instituto de Higiene e Medicina Tropical.

“Por um futuro de paz e segurança para todas as crianças num clima de paz e solidariedade internacionais” foi o lema. Quanto ao estudo — debate sobre a realidade da criança em Portugal, incidiu

particularmente em três domínios: “A Criança, a Sociedade, a Família e a Lei”, “A Criança e a Saúde”, “A Criança e a Lei”. Especialistas de diferentes sectores — trabalhadores da Saúde, trabalhadores do Ensino, pedagogos, juristas e outros — deram uma contribuição

determinante para a profundidade da análise sobre a infância no nosso país.

As conclusões lidas em sessão plenária, no final do Seminário, na Aula Magna do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, apontam claramente através de aspectos muito concretos a necessidade

urgente de mudança da situação da criança em Portugal. Para a qual são muitas as vontades e esforços empenhados. Para a qual o MDM é uma força fundamental na mobilização da opinião pública para a luta por um futuro de paz e segurança para todas as crianças.

A criança portuguesa ainda vive (e morre) assim...

Alguns números sobre a situação da criança em Portugal analisada nos três grupos de trabalho do Seminário MDM-AIC demonstram a gravidade das carencias que atingem a infância no nosso país e a urgência de todas as forças democráticas em as combaterem.

Na impossibilidade de publicar as teses presentes ao Seminário e que serviram de base aos trabalhos transcrevemos alguns números avulsos sobre a criança, que em 1980 continua a sofrer a herança de quase meio século de fascismo.

● Existem em Portugal, cerca de 1 milhão e 200 mil crianças em idade de frequentar

o ensino infantil. A taxa de cobertura destas crianças (incluindo o ensino particular lucrativo e as instituições de empresa) rondará apenas os 10 por cento.

● Cerca de 20 por cento das crianças que frequentam o ensino primário elementar não prosseguem os estudos para além desse nível.

● Existem mais de 100 mil crianças que carecem de ensino especial. Em termos oficiais não existem estruturas em número suficiente que possibilitem o acesso a tal ensino. As que existem são na generalidade privadas. As mensalidade mínimas praticadas nesses estabelecimentos rondam os 5 500\$00 mensais para os alunos

extermos e 9 800\$00 para os alunos internos.

● Segundo o recenseamento de 1970, em Portugal, das crianças dos 10 aos 14 anos, apenas 10 em 100 estudavam; em cada grupo de 100 crianças, 11 andavam a trabalhar e 3 procuravam emprego. Destas, 1 em cada 10, tinha já andado a trabalhar e procurava o segundo emprego.

● Em 1975, no nosso país, nas idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos, a par de 81 por cento dos jovens que se mantinham a estudar, cerca de 11 por cento exerciam já uma profissão e 2 por cento procurava empregar-se (são cerca de 98 mil jovens), sendo diminuta a percentagem de

jovens que não estudava nem trabalhava.

● Existem 800 jardins de infância, a que só têm acesso cerca de 42 000 crianças — sendo 51 de iniciativas populares e de Juntas de Freguesia. Seria necessário abranger 460 000 crianças.

● No ano de 1979, (AIC) foram pedidos pelas Autarquias Locais cerca de 300 centros de ensino pré-escolar, os quais não foram concedidos.

● A taxa de mortalidade infantil no país em 1975 era de 39 por 1000 crianças: isto é, das 1000 crianças nascidas naquele ano, 39 morreram antes de completarem os 12 meses de idade. Esta média geral do País foi por vezes largamente ultrapassada, atingindo valores

de 57 por 1000 crianças no distrito de Vila Real e de 75 por 1000 no distrito de Bragança.

● A mortalidade específica de 1 aos 4 anos é também muito elevada (190 óbitos por 100 000 crianças naquele grupo de idade). Doenças infecciosas como a difteria, o tétano, a tosse convulsa, o sarampo, a poliomielite (paralisia infantil) continuam a matar crianças portuguesas, embora exista um «Programa Nacional de Vacinações» em execução desde meados de 1960.

● Doenças como enterites e pneumopatias continuam a ser causa de morte de crianças portuguesas, embora existam armas terapêuticas capazes de as combater. De

notar o grau de subnutrição da grande maioria da população infantil portuguesa e a subsequente falta de defesas contra a agressão dos agentes patogénicos específicos.

● Os acidentes nas crianças, desde aqueles que decorrem no próprio domicílio e estão co-relacionados com condições habitacionais e de protecção e segurança da criança — injeção de tóxicos, queimaduras graves, ataques por animais reodores —, até aos ocorridos no exterior — trânsito, afogamento e outros — são uma das principais rubricas das causas de morte nesta fase da vida da criança bem como na seguinte.

Criado no Porto gabinete de ligação com deputados do PCP

A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP decidiu criar um Gabinete de Ligação com o Grupo Parlamentar, que funcionará na Avenida da Boavista, 601, segundo foi anunciado num documento daquele organismo dirigente do PCP.

O Gabinete possibilitará os contactos dos deputados comunistas com a população do distrito do Porto, atenderá pedidos de entrevistas e de

visitas a localidades e locais de trabalho, assim como poderão ser canalizadas, por seu intermédio, sugestões de temas e questões a colocar na Assembleia da República.

Como salienta o comunicado da DORP do PCP «os deputados comunistas do Porto manifestam-se, por isso, à disposição dos trabalhadores, dos agricultores, dos pequenos e médios comer-

ciantes e industriais e, em especial, de todas as estruturas do movimento operário e popular (...) no sentido de dar voz na AR às suas aspirações, anseios e lutas; de denunciar injustiças e ilegalidades; de interogar o Governo sobre a sua política e sobre cada passo da sua actividade; de tomar as iniciativas legislativas e outras, que melhor sirvam os interesses do povo e da democracia».

A Religião na URSS — tema para um debate aberto a toda a gente

A Religião na União Soviética — é o tema do debate que a Associação Portugal-URSS promove amanhã, às 21 e 30, na sua sede nacional, na Rua de S. Caetano à Lapa, em Lisboa.

Entre outros convidados, participará na sessão um representante da Igreja Ortodoxa Russa, o arcepreste NM Gundiaev, jurista e professor da Academia

Eclesiástica de Leninegrado.

A entrada é livre. Como se espera grande aderência por parte do público a mais esta iniciativa da «Portugal-URSS»,

Exposição de Literatura Infantil

Entretanto, continua patente até à próxima segunda-feira, dia 21, a Exposição de Literatura Infantil Soviética instalada na Livraria Seara Nova, na Rua Conde Redondo, 38-A, em Lisboa.

aconselharmos os camaradas e amigos leitores interessados a serem pontuais na sua chegada à sede daquela Associação.

O certame, que foi inaugurado no dia 14, com a presença do director da editora soviética «Malish», está aberto das 15 às 21 horas, incluindo no próximo fim-de-semana (sábado e domingo).

Rodoviários Na via da eficácia e da organização

O 1.º Congresso dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos reúne-se, em Lisboa, dentro de dez dias. Sector com grandes empresas nacionalizadas, onde os problemas não faltam e prometem agudizar-se em prejuízo dos trabalhadores, os Transportes, divididos por 28 Sindicatos em todo o País, vão ter oportunidade de decidir sobre importantes documentos entretanto distribuídos para discussão e propostas de emenda, nomeadamente o Programa de Acção e os Estatutos da respectiva Federação Sindical.

1.º CONGRESSO

DO
DE
TRANSPORTES
RODOVIÁRIOS
E URBANOS

LISBOA
26, 27, 28 JAN. 80
METROPOLITANO

• NA UNIDADE E ORGANIZAÇÃO
A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA

• POR TRANSPORTES AO SERVIÇO DO POVO

necessita de uma atenção decisiva e urgente.

"A necessidade de se proceder a um estudo tão aprofundado quanto possível da situação económica do sector e da organização dos trabalhadores, a necessidade de se dotar a Federação de um secretariado com o número de elementos suficiente para o trabalho

a desenvolver foram as razões determinantes que levaram o plenário da Federação a decidir a realização do Congresso", refere a CNOC lembrando que os trabalhos de preparação decorrem desde Julho do ano findo, incluindo um debate que se pretendeu amplo, aberto e participado. "Os estudos e levantamentos, embora incompletos nuns casos e deficientes noutros, permitem, de qualquer modo, dar uma visão geral da realidade do sector e das suas dificuldades, dos problemas dos trabalhadores e dos seus Sindicatos, do que se fez de positivo, do que falta fazer", afirma ainda a CNOC ao tratar das razões e objectivos do Congresso.

Completar, na medida do possível, esses estudos e levantamentos, enriquecendo-os com a experiência de todos,

Defesa do sector nacionalizado

Segundo dados oficiais, a Rodoviária Nacional (RN) tem cerca de 55 % dos quilómetros concessionados e 53 % da frota licenciada para serviço público, no sector de transportes rodoviários de passageiros. Em 1978,

transportou 278 milhões de pessoas, a Carris 361 milhões e o Metro 98,4 milhões. Trata-se de empresas nacionalizadas onde,

apresentado prejuízos em 1978, ou os prejuízos apresentados seriam consideravelmente reduzidos".

R.N. E CARRIS (em contos de resultados)	RODOVIÁRIA NACIONAL (em contos)	CARRIS (em contos)
1) PROVEITOS	6.171.000	2.582.133
2) CUSTOS	5.251.000	2.195.137
3) MARGEM I (1-2)	+ 920.000	+ 386.996
4) AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	994.000	221.491
5) MARGEM II (3-4)	- 74.000	+ 167.505
6) ENCARGOS FINANCEIROS	532.000	172.798
7) RESULTADOS DA EXPLORAÇÃO (5-6)	- 606.000	- 5.291

segundo o projecto de programa de acção a submeter ao Congresso, "têm sido feitos maiores investimentos com o objectivo de modernizar a frota e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população. Para provar isto, basta dizer que desde 1976 a Carris já adquiriu 400 autocarros e a RN 1035".

Por outro lado, o plano de investimentos da Carris prevê, para 1978/81, um total de 2,8 milhões de contos e o da RN (1978/82) inclui a aquisição de 1618 viaturas, no valor de mais de 5 milhões de contos.

São dinheiros públicos que aqui estão envolvidos. Não é o capital do grande patronato, que pretende deitar a mão às "fatias" mais rentáveis dos transportes nacionalizados, dentro da conhecida política de nacionalizar os prejuízos e privatizar os lucros.

Por isso, o projecto de programa de acção alerta para "os ataques da reacção ao sector nacionalizado e as mentiras que utiliza".

As dificuldades do sector nacionalizado dos transportes não se devem aos trabalhadores, nem a defesa dos seus direitos. Veja-se o quadro que publicamos. "Se não fossem os elevados encargos financeiros que a Carris e a RN têm de pagar - salienta o projecto - estas duas empresas não teriam

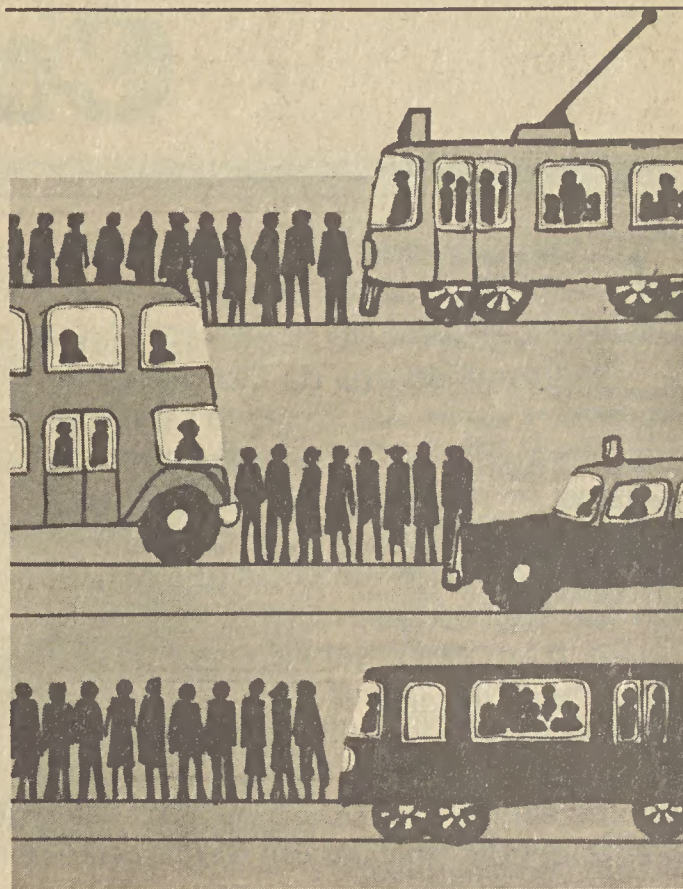
Reforçar a unidade e a organização

São actualmente 28 os Sindicatos do sector: 20 de âmbito distrital (18 Rodoviários e 2 Rodoviários e Garagens); 2 pluridistritais (Rodoviários e Garagens do Porto - 7 distritos - e Rodoviários e Garagens do Centro - 9 distritos); 2 urbanos (Lisboa e Porto) e 4 das Regiões Autónomas (1 na Madeira e 3 nos Açores). Exceptuando Lisboa e Porto, poucos desses Sindicatos ultrapassam os 3 mil filiados. É evidente a necessidade de

Três razões

Encarada honestamente, a situação das empresas nacionalizadas de transportes mostra, segundo o projecto do programa de acção, que as dificuldades se devem fundamentalmente a três razões:

- À situação ruinosa em que se encontravam à data das nacionalizações;



organizar e reestruturar. Daí a grande atenção que o projecto de programa de acção dedica à acção sindical nas empresas, nomeadamente nas de pequena a média dimensão, à organização

nas zonas, aos delegados sindicais e, naturalmente, à verticalização sindical, bastante atrasada no sector. A título de exemplo, o projecto cita a contratação colectiva. "Neste momento - refere - a Federação intervém em 120 regulamentações colectivas de trabalho. Quer isto dizer que os dirigentes e os técnicos responsáveis têm de se desdobrar por uma infinidade de reuniões e tentar dar resposta a outra infinidade de problemas".

Como resposta o projecto aponta a necessidade da verticalização para reduzir o número dos contratos. Nessa via, que melhor defenderá os interesses dos trabalhadores e tornará maior a sua capacidade de resposta, o projecto propõe o aprofundamento da discussão e do esclarecimento para que o processo de verticalização avance correctamente, como está a suceder noutros sectores.

O Movimento Sindical não pára

- Tempos livres são trabalho na preparação do Congresso

A "gestão integral do INATEL pelo Movimento Sindical" foi uma das reivindicações apresentadas pelo Seminário dos Tempos Livres, que a CGTP-IN promoveu em Lisboa no último sábado com a participação de mais de 300 delegados e convidados de todo o País. Integrado na preparação do III Congresso daquela Central unitária, que segundo a última informação pública feita há uma semana, contava, já nessa altura, com a inscrição de 141 organizações sindicais (1300

mil trabalhadores representados), o Seminário pôs o Estado e as entidades privadas perante as responsabilidades que devem assumir no financiamento de formas de ocupação dos tempos livres pelos trabalhadores, sem que estes sejam afectados na autonomia e independência das suas organizações de classe.

Na perspectiva da criação de «um homem novo, sadio e lúcido», como diria o dirigente da CGTP-IN, que presidiu aos trabalhos, a ampla assembleia analisou, debateu e propôs uma série de medidas no sentido da formação de quadros e animadores culturais e desportivos a todos os níveis; do melhor aproveitamento dos existentes; do papel dos órgãos de comunicação e da informação sindical; da programação dos tempos livres para os jovens, as mulheres, os reformados e idosos, em estreita colaboração com as organizações populares de base, colectividade de cultura e recreio e autarquias locais.

O Seminário, cujos participantes decidiram promover a participação do Movimento Sindical nas comemorações camoneanas deste ano, encaminhou as suas recomendações para o III Congresso da CGTP-IN, a realizar de 6 a 9 de Março próximo, e, entretanto, advertiu todos os trabalhadores para a necessidade da defesa intransigente do INATEL como organismo ao seu serviço, recusando a sua inteira dependência dos órgãos do Poder, como val tentam o Governo da aliança reaccionária que pretende transformá-lo em entidade paraestatal.

Além disso, o Movimento Sindical deve participar de pleno direito na definição de uma política nacional de cultura e desporto. O III Congresso da CGTP-IN, aberto a todos os Sindicatos, integra todos esses temas relacionados com os tempos livres na discussão dos documentos a aprovar, que servirão de guia aos trabalhadores e aos seus organismos sindicais, nomeadamente no sentido do fortalecimento da CGTP-IN como estrutura que unifica toda a actividade do Movimento Sindical, em torno do qual se organizam todos os trabalhadores, sem discriminação, para reforçarem a sua capacidade de resistência e de luta, melhorando e desenvolvendo a sua capacidade reivindicativa, consolidando o regime democrático, defendendo a Constituição e promovendo, como frisou o Secretariado da CGTP-IN, «o desenvolvimento económico ao serviço das camadas populares e do País, contra todas as tentativas de reposição do poder dos monopólios e dos latifúndios, que foram a base de sustentação do regime fascista».

uma articulação que permita uma troca de informações e de experiências de modo que a Comissão de Trabalhadores mantenha permanentemente actualizados os trabalhadores, assegurando-lhes o controlo do seu representante".

Princípios para cumprir

Enquadrada na defesa das nacionalizações e do controlo de gestão, a declaração da EDP, que aqui é apontada como exemplo entre muitos, refere alguns objectivos específicos a alcançar naquela empresa. Como pontos fundamentais, entre muitos outros, que, segundo as suas próprias palavras, não poderá deixar de defender, o representante dos trabalhadores no Conselho de Gerência da EDP menciona:

- O reforço e consolidação do espírito de Empresa Única e dos mecanismos estruturais de que já dispomos ou temos em arranque;

bem como a sua correcção em todos os casos e em qualquer altura que a isso obrigue;

- A coordenação com todos os outros sectores, nacionalizados ou não, no estudo e optimização de projectos conjuntos;

• O funcionamento integral de todos os seus órgãos estatutários, nomeadamente o Conselho Geral;

- A defesa de todas as posições correctas dos trabalhadores e luta pela melhoria constante das condições de trabalho;

• Todas as medidas financeiras que apontem no sentido de ultrapassar os problemas que a nossa dependência financeira - nacional a estrangeira - nos traz.

"A EDP, como Empresa Pública, é um facto irreversível" - conclui a declaração. "Faz parte do sector nacionalizado. É o apoio e o motor de todos os outros sectores e assim continuará com a contribuição de todos nós, com a nossa unidade, com o nosso querer, com a nossa luta".

Como não há-de haver patrões que elogiam a UGT?

Enquanto patrões elogiam a UGT, o Movimento Sindical Unitário continua a defender em todos os sectores, incluindo o Comércio, Escritório e Serviços, os interesses vitais dos trabalhadores. As jogadas divisionistas os sindicatos respondem isolando cada vez mais os predilectos do patronato reaccionário, precariamente instalados na gerência de algumas associações sindicais.

Como sucede normalmente, a organização unitária (com filiações, ou não na CGTP-IN) promoveu, encabeçou ou apoiou tudo o que de significativo aconteceu no âmbito estrito da actividade dos sindicatos nos últimos dias.

Como não há-de os divisionistas merecer os elogios de alguns patrões?

Indústrias eléctricas

O Sindicato das Indústrias Eléctricas, que faz parte da Comissão Negociadora Sindical (CNS) para a revisão do CCTV do sector, acusa o patronato de desenvolver uma manobra no sentido de conceder aumentos superiores aos filiados nos sindicatos UGT em prejuízo da maioria dos trabalhadores daquele ramo de actividade.

"Estamos perante uma descarada manobra divisionista, onde o papel das Federações dos Sindicatos dos Escritórios no Norte e Sul (UGT) serve perfeitamente as intenções do patronato, facilitando-lhe a vida e justificando os rasgados elogios" das associações patronais - refere um comunicado do sindicato. A CNS anunciava há dias que os trabalhadores decidiram sobre as medidas a adoptar.

CGTP-IN

«O alargamento do prazo de vigência das convenções e colectivas de trabalho, imposto por um decreto-lei que acaba de ser publicado no "Diário da República", é para a CGTP-IN «inadmissível», embora o referido diploma introduza «alguns aspectos positivos» no regime jurídico

das relações colectivas de trabalho. O decreto que, ao contrário do que a Constituição e lei aplicável determinam, não foi submetido a parecer dos trabalhadores e das associações sindicais, exclui do processo contratual a Função Pública, as autarquias, os serviços municipalizados e as instituições de Previdência.

Metalurgia e minas

Reunidos em Encontro Nacional na última sexta-feira, os dirigentes sindicais do sector metalúrgico, metalomecânico e mineiro decidiram reforçar «a participação dos trabalhadores na luta por melhores condições de vida e de trabalho». Das várias conclusões aprovadas destaca-se ainda a defesa da Constituição, a participação no III Congresso da CGTP-IN e a acção contra o Governo de Sá Carneiro, combatendo «a sua política antidemocrática» e desmascarando «eventuais medidas demagógicas pontuais».

União dos Sindicatos de Braga (USB)

Empenhada numa campanha de esclarecimento

para manter os sindicatos na gestão da Previdência, a USB, além das reuniões já efectuadas a nível sindical, programou e está a realizar uma série de sessões abertas a todos os trabalhadores em vários concelhos, ao mesmo tempo que assembleias convocadas para outros fins incluem esse tema nas ordens de trabalhos. Numa carta enviada há cerca de um mês ao Governo anterior, a USB afirmava que «os trabalhadores e a população do distrito não se deixarão enganar e lutarão por todos os meios ao seu alcance para manterem uma das conquistas de Abril». Em toda a parte, o Movimento Sindical continua a dedicar grande atenção e esforços a este problema, para que os inimigos dos trabalhadores não venham a controlar por completo o segundo maior orçamento do País, com fraudes, abusos e escandalosa retenção de verbas, como vem sucedendo relativamente a milhões de contos descontados nos salários dos trabalhadores.

Professores da zona norte

O Sindicato dos Professores da Zona Norte, sob direcção PPD, não aderiu à proposta reivindicativa comum (PRC) da Função Pública. Ao contrário do que sucedeu com os sindicatos da Zona Sul e da Grande Lisboa os corpos gerentes PPD não querem percentagens decrescentes, conforme os vencimentos são mais altos. Querem alargar o leque salarial.

Jornalistas

Entrou em vigor o regulamento da carteira profissional do jornalista, a qual passa a ser «condição indispensável para o exercício da profissão». Esta

reivindicação sindical agora conquistada articula-se com um Estatuto, segundo o qual são reconhecidos vários direitos essenciais, designadamente o dos jornalistas «não serem detidos, afastados ou por qualquer forma impedidos de desempenhar a respectiva missão em qualquer local onde a sua presença seja exigida pelo exercício da actividade profissional, sem outras limitações além das decorrentes da Lei de Imprensa e demais legislação aplicável». A emissão da carteira é da exclusiva responsabilidade da organização sindical dos jornalistas.

Comércio de Leiria

Com uma média percentual de aumentos de 30,9 por cento, sendo a mais baixa 25% e a mais alta 36, 7%, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios de Leiria, sob direcção unitária, concluiu um novo Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) para o comércio retalhista, que inclui outras importantes regalias e conquistas como seja a uniformização do período de férias, agora estabelecido em 30 dias para todos os trabalhadores.

Função Pública

Perante o «Estatuto do Pessoal», civil, aprovado recentemente para os departamentos fabris das Forças Armadas, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul e Açores» declara firmemente que não aceitará que se modifique de forma alguma o exercício integral dos direitos constitucionais para estes trabalhadores e designadamente os direitos de associação sindical em defesa dos seus interesses».

III Congresso da CGTP-IN

ABERTO A TODOS OS SINDICATOS

FORTALECER A UNIDADE E A ORGANIZAÇÃO

PROSSEGUIR ABRIL

LISBOA 6/7/8 E 9 DE MARÇO DE 1980

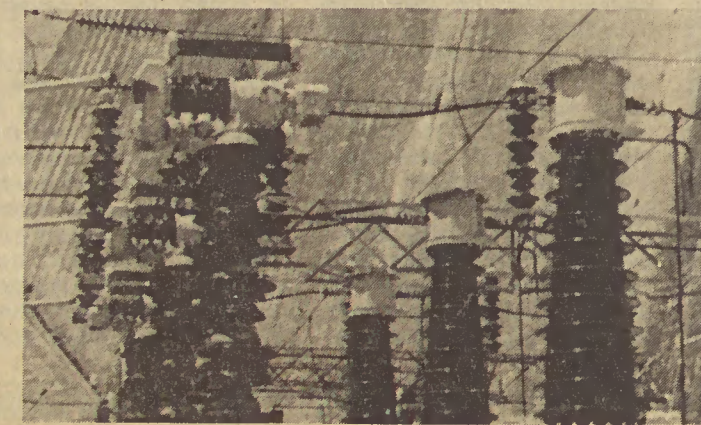
Um gestor diferente

"O papel dos trabalhadores no controlo a todos os níveis e em todas as áreas da empresa é essencial para que a EDP possa aumentar a produtividade e a boa qualidade da prestação de serviços públicos. A contribuição dos trabalhadores, apoiados na sua estrutura representativa, pode vir a suprir e a melhorar as deficiências existentes", afirma Lúcio da Silva Fidalgo na "Declaração de Princípios" submetida aos seus companheiros de trabalho que o elegeram, entre seis candidatos, por sufrágio directo e universal, para representante de todos os trabalhadores no Conselho de Gerência da EDP (Electricidade de Portugal).

Transcrita no número de Dezembro do "Círculo" (boletim da Comissão de Trabalhadores da EDP), essa declaração, idêntica no essencial à que produziram na sua grande maioria os trabalhadores eleitos para as mesmas funções em outras empresas do sector empresarial do Estado, é um documento de alcance significativo para a aplicação do controlo de gestão, constitucionalmente garantido, como função colectiva, a todos os trabalhadores.

A "Declaração de Princípios" apresentada na EDP, como noutras empresas, não envolve apenas um compromisso de tipo pessoal entre eleito e eleitores. Embora necessariamente tome essa forma, o documento assegura a todos os trabalhadores "o controlo do seu representante" no Conselho de Gerência.

Expressa ou implicitamente, são afastadas de todas as declarações de princípios quaisquer ideias ou projectos que conduzam a formas não constitucionais de actuação dos representantes dos trabalhadores nos órgãos de gestão do sector empresarial do Estado. Na EDP, como nas outras empresas onde a unidade foi defendida na eleição do "gestor-trabalhador", esses documentos não deixam aberta qualquer porta



Lutas nas empresas Na RN parece ultrapassado o obstáculo principal

A luta na Rodoviária Nacional parece encaminhar-se para um termo favorável aos trabalhadores. Num comunicado distribuído no fim da semana passada, a Comissão Negociadora Sindical anunciava para amanhã, 18, um plenário de dirigentes, delegados sindicais e membros das CTs, onde se submeterá a discussão «uma proposta concreta quanto às diuturnidades» que o conselho de gerência (CG) da empresa se comprometeu a apresentar durante a negociação da tabela salarial, iniciada na última segunda-feira.

Depreende-se do comunicado da CNS que o motivo principal da luta estaria em vias de ser ultrapassado. «Após longas horas de negociação, o conselho de gerência da RN acabou por aceitar, em princípio, um acordo quanto ao método de discussão da tabela salarial e das diuturnidades, na base de uma proposta

apresentada pela CNS já em 17 de Dezembro». Assim, o conselho de gerência deixaria de fazer depender a nova tabela da aprovação dos novos horários de trabalho.

Quanto a este ponto, muito controverso, a CNS submeterá à discussão dos trabalhadores até 18 de Fevereiro próximo «a proposta apresentada pelo CG sobre horário de trabalho e compensação monetária. Assim será rigorosamente respeitado - sublinha o comunicado - o compromisso tomado pela CNS de não avançar neste campo sem a prévia discussão com os trabalhadores e sem o seu consentimento».

O reinício das negociações em novas bases é considerado pela CNS «uma primeira vitória» depois das paralisações de 19 de Dezembro findo e de 3 do corrente. O reforço da unidade é apontado como condição dessa vitória e da

rápida obtenção da nova tabela salarial.

Outras lutas

A paralisação de 11 do corrente no sector de abastecimento de combustíveis, a repressão nas Malhas do Ameal e na Facar e a movimentação na SEPSA pelo caderno reivindicativo são alguns dos processos mais activos na luta pela contratação colectiva e contra a repressão nas empresas.

Nos combustíveis, a paralisação envolveu cerca de 5700 trabalhadores interessados no CCT rever entre a Federação dos Sindicatos Rodoviários e a Associação de Rodoviários e Combustíveis (ANAREC). O essencial do conflito deve-se à «recusa obstinada» do patronato representado por aquela associação, que faz depender a revisão contratual de novas margens de comercialização

a conceder pelo Governo. Os trabalhadores, que, directamente nada têm a ver com isso, paralisaram com forte adesão e continuam a luta por novos salários, afirmando inclusivamente que em cerca de 200 empresas já estão a ser pagos salários superiores aos reivindicados na revisão.

Na SEPSA, empresa metalúrgica e metalomecânica do Porto, um comunicado do secretariado da célula do PCP afirma que «se voltou aos velhos tempos, à prática do desafio e provocação aos trabalhadores, recusando-lhes direitos legais, regalias conquistadas, e negando-lhes o salutar hábito de dialogar na resolução dos problemas sociais, como está a acontecer com o caderno reivindicativo». Os trabalhadores aprovaram um calendário de luta que inclui várias paralisações de curta duração.

Cooperativa 1.º de Maio, em Avis

OS trabalhadores da zona da Reforma Agrária não se limitam a desbravar terras, a cultivar novas searas, a experimentar novas culturas. Com o seu esforço, vão semeando igualmente novas condições que fazem mudar a vida do dia para a noite.

Os trabalhadores da Cooperativa "1.º de Maio" de Avis, distrito de Portalegre, são exemplo. Outros há. E muitos mais poderiam existir, infinitamente mais, se as forças reaccionárias não tivessem desencadeado contra a Reforma Agrária uma violenta ofensiva.

Violenta ofensiva esta que não significa apenas a vontade de fazer regressar às mãos dos agrários as terras que estes deixaram abandonadas ou subaproveitadas, não significa apenas desemprego. Significa ainda a vontade do regresso à vida sombria como a noite, o fim das creches, o fim da assistência aos trabalhadores idosos, o fim de uma dieta mais equilibrada (e é de recordar que na Cooperativa "1.º de Maio", os trabalhadores com 252 dias úteis, ou seja 12 meses de trabalho, recebem 12 quilos de carne, 12 litros de azeite e 12 litros de vinho recebendo todos os outros os mesmos géneros em função dos meses de trabalho e ainda dez quilos de laranjas), o fim desta vida nova que se inicia em terras da Reforma Agrária.



Os dirigentes da Cooperativa «1.º de Maio», António Laranja e José Traquinas, falam ao «Avante!» sobre as realizações sociais feitas à custa do esforço dos trabalhadores

Velhos trabalhadores não mais pedirão pelas ruas!

É meio-dia nesta segunda-feira de Inverno rigoroso. Estamos em Avis, distrito de Portalegre, no Centro de Apoio à Terceira idade, uma das primeiras iniciativas sociais da Cooperativa «1.º de Maio». Lá fora o frio fustiga os trabalhadores — as mulheres andam na azeitona, as mãos têm calibras tão baixa é a temperatura, em Portalegre a neve começou a cobrir a cidade, e nas ruas da vila de Avis, os poucos que passam, encolhidos e rápidos, não se lembram de um tempo assim tão ruim.

É meio-dia e os velhos trabalhadores vão-se chegando, as mulheres envoltas em xalles negros, as cabeças cobertas, os homens agasalhados, de boné, entram na sala aquecida por caloríferos eléctricos — milagre da técnica, milagre da Reforma Agrária, eles que na infância, já tão longínqua, andavam à lenha e continuaram sempre andando, às vezes, com risco de serem presos e espancados por apanharem um pouco de cavacas em terras de agrários.

Sentam-se à mesa, longa mesa com a forma de U, e é simultaneamente deprimente e encorajador olhá-los. Deprimente porque são velhos, muito mais velhos

ao sábado, que era o dia designado pela Câmara no tempo do fascismo.

Como se governavam aos outros dias, é impossível sabê-lo. A nossa primeira preocupação foi precisamente apoiar os velhos trabalhadores. Desde que constituímos o Centro para a terceira idade nunca mais se viu ninguém a pedir em Avis. Diariamente comem aqui uns trinta e oito velhos trabalhadores. Nós temos a preocupação de variar a comida para que não digam que damos aos velhotes o que guardamos de um dia para o outro. Há o cuidado de os ouvir para saber os que estão de dieta», dir-nos-à, mais tarde



Aos velhos doentes, as refeições são servidas em casa

Nós não cobramos um tostão do almoço e jantar e das roupas que lhes damos, das quais a maior parte nos chega por solidariedade de outros trabalhadores e de diversas pessoas».

«Estamos a tratar para os velhotes poderem dormir. Mas temos de arranjar instalações e quem trate deles. Ora todas as despesas quer com as creches quer com o Centro da Terceira Idade, é o suor dos trabalhadores da Cooperativa que as paga. Para as suportar, os trabalhadores recebem um salário menor, não têm subsídio de férias nem décimo terceiro mês e muitas vezes trabalham mais horas sem receber» — conclui António Laranja.

Nunca tivemos tempo melhor!

Já passa do meio-dia, os velhos trabalhadores, vão comendo o almoço na sala aquecida. Ao silêncio inicial, a vibrar de curiosidade, com que os acolheram, sucederam-se frases soltas aqui e ali, e depois, a vontade de cada um falar de uma vida em que a sobrevivência foi o cabo dos trabalhos. Porque a vida a sério começou agora há tão pouco tempo, chegou já tão tarde para tantos!

Por isso, quase todos dizem como a velha trabalhadora Júlia Maria Rabaça, de 86 anos: «tempo melhor do que este nunca tiveram».

— Bastantes fomes e misérias passei. Nem quero falar niso. Só agora é que me veio com a minha barriguinha cheia», diz, Ana Luísa,

trabalhadora que nem se recorda já da sua idade.

«A diferença da nossa vida é do dia para a noite. Só isto da gente vir aqui comer! São duas refeições e muito boas refeições».

«E sai do bolso a quem

trabalha, que o Estado não dá nada» — fala-nos António Violante, 72 anos. Por sua vez, Maurícia Viana da Estrela, que foi sardineira, 80 anos de idade, recorda que, antes do Centro da Terceira Idade existir, não tinha um lençol



«E depois que a Cooperativa «1.º de Maio» criou o Centro da Terceira Idade, não mais se viram velhos trabalhadores mendigando pelas ruas...»

«Todas as despesas, quer com as creches quer com o Centro da Terceira Idade, é o suor dos trabalhadores da Cooperativa que as paga. Para as suportar, os trabalhadores recebem um salário menor, não têm subsídio de férias nem 13.º mês e muitas vezes trabalham mais horas sem receber» — diz-nos um dirigente da Cooperativa «1.º de Maio».

do que a idade física, muito velhos porque na sua vida não houve espaço para a meninice, para a mocidade sequer, porque viveram batidos pela fome e pela exploração em extremos tais que «os da cidade, quando a gente conta, pensam que é mentira, fazem mangação, como se alguém tivesse gosto em inventar sofrimentos». Encorajador porque a mudança que a Reforma Agrária trouxe às suas longas vidas, foi «como do dia para a noite. Até o modo de olharmos é outro». E esta mudança é apenas o início de transformações maiores.

Uma mulher jovem vem servi-los. Sopa de feijão com arroz e hortaliça, canja para os que têm dieta, pescada frita — ou cozida para a dieta — com couve flor. E fruta. Aos velhos doentes, a comida, tanto ao almoço como ao jantar é levada a casa.

«Antes não havia nenhuma espécie de assistência digna à terceira idade. Andavam a pedir de porta em porta e só

António Alfredo Laranja, da Direcção da Cooperativa «1.º de Maio». José Manuel Traquinas, também da Direcção, acrescentará:

«Nós até temos a preocupação de contactar os velhotes para virem ao Centro. Porque há pessoas que derivado à idade e à cultura que tiveram, envergonham-se de se chegarem a quem as pode remediar. Nós vamos falar com essas pessoas. Alguns velhotes dizem-nos: "Então vamos comer o que vocês produzem com o vosso trabalho? Nós que já não damos rendimento nenhum?" Mas depois de uma vida de candelas e misérias, não lhes é devido uma velhice apoiada? Devia ser o Estado mas como não é, temos de acudir. Porque da Caixa poucos têm a reforma. A maior parte tem a reforma da Casa do Povo. Davam 100\$00 antes do 25 de Abril, agora é pouco mais de 1000\$00. Como é que se podiam governar? É claro que a reforma é para a vida deles.

Vida de Júlia Margarida é história de latifúndio



Júlia Margarida Rabaça: 86 anos de vida, dos quais somente cinco são livres de fome e cuidados

Júlia Margarida Rabaça é uma das velhas trabalhadoras assistidas no Centro da Terceira Idade da Cooperativa «1.º de Maio» de Avis. É ela que nos chama para nos contar a sua história. Mais uma história do latifúndio.

— Quem me dera ter agora 30 anos. Agora é que estou bem. Graças à Cooperativa «1.º de Maio» comemos quase como os ricos comiam. Mas sabe quantos anos já cá tenho? Tenho 85 anos, faço 86 no dia 4 de Maio. Mas graças a Deus tenho uma boa cabeça, lembro-me muito bem de como foi a vida. No meu tempo de criança, o meu pai ganhava 2\$50 por mês a guardar cabras e recebia alqueives de farinha, quase sempre centelo, três litros de azeite, meio alqueire de grão de bico. A minha mãe trabalhava no campo e na casa. Lavava roupas para as senhoras dos agrários.

Eramos treze irmãos. Quando se acabava o comer, a minha mãe punha-nos na cama, deixava-nos deitados e ia pedir ao monte Azinhal para tapar

● «Nunca, nunca tivemos tempo melhor do que este!»

a fome à gente. Vivía lá uma comadre e sempre dava alguma coisa: açada, migas, ou uma sopa de cebola, umas papas e em dias melhores um bocadinho de toucinho ou uma morcela. Não me lembro de em criança, eu ou os meus irmãos, bebermos leite ou café ou de comermos fruta.

Fui servir aos sete anos para uma senhora, uma viúva rica. Fui ganhar um

cruzado por mês e trabalhar de madrugada até noite escura. Não havia água na vila e andavam uns homens com burros carregados de quartos de água, a venderem-na. Mas a senhora era muito sovina e para não comprar, mandava-me ir fazer o carregado da água, ir à Fonte Nova que fica a um quilómetro. Ia descalça porque sapatos só os podíamos ter quando ganhássemos para eles.

E vestido era só um de riscado ou chita, lavava-se e enxugava-se ao lume para o outro dia. Dois anos depois, já tinha nove anos, fui à azeitona ganhar seis vinténs. Os homens ganhavam um cruzado e com um cruzado já se comprava um pão, pequeno é certo, mas um pão. Agora seis vinténs não davam para nada! Depois o meu pai deixou a minha irmã mais nova ir a servir por 1\$80 ao

mês e fiquei em casa a tratar dos meus irmãos enquanto a minha mãe ia trabalhar nos feijoads.

Foi a minha mocidade. Depois casei com 22 anos, fez 63 anos a 2 de Julho, foi no tempo da guerra de 1914/18. Até morrerem lá muitos primos. E cá a fome foi ainda mais negra. Eu depressa me enchi de filhos: tive seis. Então, o meu marido trabalhava no campo, quando havia trabalho e eu levava, como a minha mãe, a roupa aos agrários. Doze anos lavei a roupa ao senhor Luís Mendes, ao avô, e às duas criadas. Ia para a ribeira que não era chela como agora, fazia barreiras. Não havia detergentes como esses de agora. Dava-nos um grande trabalho. Tinha de carregar latões de 20 litros de petróleo mais barretes de madeira para fazer a cinza

e aquecer latões de água. Deltava a cinza na roupa, despejava para cima a água a ferver e ao outro dia ia lavar. Depois comecei também a fazer calças, jaquetas, ceroulas, e coisas assim. E ainda hoje faço costura. Tenho agora duas calças de um senhor de Lisboa para fazer. De costura ninguém sabe como eu cá na terra.

E nunca andei à escola. De nós todos, só a mais velha foi à escola. Os meus filhos já foi diferente mas mesmo assim muito ruim. A vida dos meus netos, essa é que é muito diferente. Tenho 11 netos e a mesma conta de bisnetos: 11! Conheço as direcções de todos os meus filhos! Escrevem-me e eu, sem saber ler, só de olhar para a direcção, já sei qual é o filho que me escreve.

Mas como lhe disse, o meu desgosto é não ter agora 30 anos. Agora é que estou

bem. O Centro da Terceira Idade da Cooperativa «1.º de Maio» abriu fez cinco anos no dia 25 de Agosto e nunca mais deixei de cá vir mais este meu filho que é dos mais velhos. Temos sopa e segundo prato e fruta e elas andam sempre de volta da gente para saber se já estamos satisfeitos ou queremos mais, andam sempre com cuidados para a gente. E agora pelo Natal, ah nessa altura é que devia ter vindo cá! Se soubesse! Tivemos azevias, bolos — até bolos grandes tivemos! —, canja, galinha tostada, batata frita e arroz-doce. Mandaram-nos vir às 10 horas do dia de Natal para nos darem o almoço e jantar para levarmos para casa, para elas irem também passar o Natal com os seus. Nunca, nunca tivemos tempo melhor do que este! Quem me dera ter trinta anos!

s-vida melhor também se semeia

As nossas creches não são armazéns de crianças!

"Quando ocupámos as terras, nós, trabalhadores, não as trabalhámos para benefício individual de meia dúzia, mas para benefício de todos. Ocupámos as terras para termos trabalho, para produzirmos e para, com o resultado da produção, avançarmos em realizações sociais para a população que nada tinha. E então analisámos quais as necessidades mais prementes. Ora bem, se acaso não houvesse uma creche, uma mãe com dois ou três filhos não podia ir trabalhar e o que o pai ganhava não dava. Era um sofrimento para os pais e um sofrimento para as crianças.

Foi daí que partimos para a primeira creche em Avis, depois uma outra no Camões, estas duas em edifícios que já existiam e que adaptámos, e agora em Dezembro, inaugurámos a terceira creche, esta já em edifício construído pela Cooperativa a pensar nas crianças e na cultura da população: anexo à creche há um centro de convívio com ping-pong e outros jogos e uma sala de espectáculos para 400 pessoas."

Com esta simplicidade, dirigentes da Cooperativa "1.º de Maio" de Avis falam-nos das creches que já englobam a população infantil de três freguesias do concelho: Avis, Camões e Santo António de Alcórrego. E aquilo que chamam creche é bem mais do que isso: na verdade engloba igualmente as crianças em idade escolar que lá passam o tempo nos períodos do dia em que não têm aulas. Seria pois mais correcto falar em creche e em ocupação dos tempos livres. Mas, por outro lado, além da divisão que existe de facto, através de salas, uma para os mais pequenos, outra para os mais crescidos, e através dos dormitórios concebidos em função das idades, não podemos falar ainda de verdadeira ocupação dos tempos livres das crianças mais velhas. Faltam os quadros especializados para tal. No entanto, este é um problema a que os dirigentes da Cooperativa estão atentos. Numa primeira fase, a preocupação fundamental foi a de tratar do bem-estar das crianças, de cuidar de uma alimentação equilibrada:

"Para as crianças a maior parte dos produtos vêm da Cooperativa. É leite, fruta,

carne, tudo do melhor para que não cresçam com as faltas que tivemos. Quanto à formação das crianças também nos preocupa muito. Por isso a Cooperativa enviou a estudar para Lisboa, pagando-lhes tudo, duas raparigas que estão a tirar o curso de educadoras de infância. Depois irão mais outras duas. O problema maior agora é arranjar alguém que se ocupe das crianças em idade escolar quanto aos seus tempos livres — já estamos a pensar no folclore para esta ocupação — e que ao mesmo tempo os encaminhe na escola."

Mais tarde, contactando com as crianças mais velhas, tivemos ocasião de nos apercebermos de como é urgente este último aspecto de ocupação de tempos livres e de orientação escolar. Em cada uma das creches visitadas, encontramos crianças de 11 e 12 anos ainda na segunda classe, com anos de repetição na mesma classe. Consequência, fundamentalmente, de anos e anos de faltas sofridas pelos avós, pelos pais e por eles próprios, por um lado; deficiências prováveis num ensino que continua, em muitos sítios, a fazer-se em aulas superlotadas, impedindo os professores de atenderem às dificuldades de cada criança ou mesmo de repararem que cada criança é diferente e de que não basta despejar conhecimentos, de que é urgente despertar nas crianças o interesse e a participação; e também, no caso, a ausência que preocupa os dirigentes da Cooperativa "1.º de Maio": ocupar o tempo destas crianças de um modo criativo, abrindo-lhes novos

horizontes, estimulando as suas capacidades.

Os dirigentes que nos falam são José Manuel Traquinas e António Alfredo Laranja. E contam-nos não somente como foi possível construir esta nova creche que é modelar, como ainda manter as três creches no seu conjunto:

"Não houve trabalhador da Cooperativa que não contribuisse monetariamente para a construção da nova creche. Uns deram 500\$00, outros 1000\$00, outros mais. A população restante contribuiu igualmente. Não houve ninguém que não desse uma ajuda. Andámos fazendo



Um aspecto da sala para os mais pequeninos na creche da vila de Avis



O que os trabalhadores chamam «creche» engloba, de facto, ainda que em salas separadas, crianças com idades entre os três meses e doze, treze anos. Daí a urgência de pessoal especializado

peditório neste e noutros concelhos aqui à volta e os vizinhos davam 20\$00, 30\$00, 50\$00, o que podiam. Algum mobiliário e roupas vieram também da solidariedade de muita gente. Tal como nas outras creches, o mobiliário é muitas vezes construído por trabalhadores e é-nos oferecido, as cobertores, cobertores, lençóis são feitos por senhoras que nos enviam como ofertas. Por outro lado, o que acontece é que apesar das grandes dificuldades que a ofensiva

trouxe à Reforma Agrária, os trabalhadores não desmobilizam, estão dispostos a grandes sacrifícios, trabalham em jornadas de trabalho sem receber nada, quando é altura de regadio e outras épocas em que o trabalho aperta. Ora, através desse trabalho voluntário, estão a contribuir para a manutenção das creches. E a solidariedade é um grande apoio. Os trabalhadores da "Martins e Rebelo" e outros, enviam-nos ofertas para as crianças

e ajudam-nos."

Na nova creche é visível a preocupação que orientou a sua construção: quatro casas de banho, cantinas amplas, uma futura biblioteca, e lá fora parque de jogos. Na biblioteca impressiona-nos a estante vazia. É que os sacrifícios já são muitos e o dinheiro ainda não chegou para os livros, para os jogos, para os brinquedos. A mudança sente profundamente essa falta e como o tema lhes é caro, não se cala, dizendo dos seus sonhos:

— Nós queremos livros com estampas coloridas,

e outros livros para colorir, elápis!

— Eu queria era jogos. A gente jogava todos ao dominó dos bichos e outros jogos bonitos que eu sei que há.

— Eu quero uma boneca para ser minha filha — diz a Paula Cristina que tem seis anos e é filha de um trabalhador da Martins e Rebelo. E logo todas as outras falam da boneca que gostariam de ter.

O Fernando Manuel, esse quer triciclos, jogos e revistas. São nove irmãos órfãos, dos

quais três raparigas.

Quanto à trabalhadora encarregada da Cooperativa, Joaquina de Jesus Pereira, fala do que considera uma grande necessidade para as crianças da nova creche:

— Aquecedores para este inverno que vai tão mau. Chegam aqui as crianças e nem podem despir os casacos, tão ruim vai o tempo.

As crianças cantam agora cantigas de roda. Algumas já esquecidas de nós, outras precisamente porque estamos ali e querem mostrar como cantam e dançam bem. Elas são a imagem do novo futuro já contido neste presente de luta em defesa da Reforma Agrária. Um futuro que é para elas e se forja na luta, pensando nelas. Elas são já esse mesmo futuro. Mas no entanto, cantam uma cantiga que magoa porque fala do que ainda não passou nestas terras. Uma cantiga que fala da mulher escravizada e do homem não menos escravo. E é preciso que todos lutem consigo próprios para que mais não haja razões para esta cantiga soar. É uma cantiga que diz: "O papá não batia na mamã/ porque ela já está zangada/ Se tu bates na mamã/ eu grito 'ó da guarda'". É uma cantiga que repete este lamento de mulher nas vozes infantis: "São conseiras minhas/ São trabalhos teus/ Não mates o bicho/ por amor de Deus".

Esta cantiga não pode, não deve ter mais lugar em terras da Reforma Agrária. Ela é uma nota dissonante, uma nota do passado num presente tão poderoso já, tão cheio de potencialidades. Esta cantiga tem de perder o seu lugar em terras da revolução. E como as outras, essa batalha será, sem dúvida, vencida.

Ser criança em tempo de latifúndio

● «Os nossos filhos hoje têm aquilo que as nossas mães nunca nos puderam dar. O melhor que comíamos em crianças, era feijão com abóbora, ou grão — um grão dado pelos agrários, duro, rijo como balas, aquilo nem cozido nem nada. Na geração dos meus pais, ninguém ia à escola. Quase não as havia, mas as que havia chegavam bem, porque os miúdos tinham de trabalhar ou não comiam. Eu já andei à escola. Mas depois da parte da tarde, fazia barreiras, lavava o chão, tinha de fazer todos os trabalhos da casa e se os não fazia era tarefa para cima. Foi passar fome e a fome a passar a gente».

em casa era muito mau sinal. Era sinal de que não havia trabalho. E se queríamos trabalhar — e tínhamos de trabalhar para ter alguma coisa de comer — imigrávamos para

dentro do País. Eu corri meio Portugal: Alpiarça, Santarém, Almeirim quanto tempo não trabalhei nestas terras, nas cavas e nas vindimas, seis meses, nove meses, até um

ano, a dormir numa barraca feita com estacas e plásticos, tapada por uma manta com um bocado de carqueja por baixo. A má criação que os nossos filhos tinham, dava origem

a muitas doenças e mortes. Por exemplo a minha menina que tem 10 anos teve um grande problema respiratório que só se resolveu quando vieram cá os médicos da CRARA e disseram para a internar e ser operada».

(Francisca Fandango, 42 anos)

● «Comecei a trabalhar aos 6 anos a fazer avios aos ricos a troco de um tostão ou de um naco de pão ou de coisa nenhuma. E depois, ainda criança, fui para o trabalho do campo. Se não onde é que os meus pais iam arranjar de comer? Fui ganhar a 5\$00 por dia na azeitona».

(Francisca Fandango, 42 anos)

● «Qual escola! Qual creche! Era trabalho e mais trabalho. E fome e mais fome. As crianças nem médico tinham. Por isso muitas morriam ao nascer. Sou das poucas mulheres que na altura fui assistida por um médico num parto. Foi o dr. Climaco. Tive um miúdo no monte, eu toda esfarrapada, sem luz e ali o médico a assistir-me. Nasceu no 1.º de Maio, o meu filho. Se agora ando assim bem vestida é por causa da

Cooperativa «1.º de Maio»: enche-nos a barriga e dá-nos agasalhos. Eu e o meu marido — chama-se António Luís, ponha lá o nome dele — éramos sardinheiros, andávamos com

um burrinho pelos montes. E apesar da muita miséria ainda davamos umas sardinhas aos pobres. E vendia aos senhores. Gostavam muito de mim as

senhoras, eu lavava as sardinhas, bem lavadinhas e vendia-lhes sardinhas podres.

Pois se os pobres as comiam, porque é que elas não as haviam de comer?

(Maurícia da Estrela, 80 anos)

● «A gente passou tanto, tanto que esta gente nova, esta gente que tem 40 anos nem sonha. E outros, os da cidade, se a gente conta até pensam que é mentira. Fazem mangução como se alguém tivesse gosto em inventar sofrimentos! No meu tempo as crianças, qual creche, qual escola, qual lugares para estar depois da escola! Era trabalhar logo de pequeninos, trabalhar onde calhava, nem patrão tínhamos, era onde houvesse trabalho. O meu marido foi a enterrar no dia de Natal. Tanta fome passou a trabalhar sem comer. Foi isso que o matou mais depressa.

Essa agora, nem sei a minha idade mas sou muito velha, lembro-me muito bem da guerra de 14/18, da Guerra de Espanha, da II Guerra e de como a gente andávamos ainda mais mortos de fome nessa altura».

(Ana Luísa)



Ana Luísa, uma velha trabalhadora: «Éramos quatro irmãos. A nossa escola foi o trabalho duro. Íamos pedir pão à Cabeção. Pão de milho para comermos sozinho com água quente. Nem tempêro tínhamos. Só agora com esta idade — que já nem me lembro qual é — é que me vejo de barriga cheia. Antes do 25 de Abril, a reforma dada pela Casa do Povo era de 100\$00 por mês».



Maurícia Viana da Estrela, 80 anos. De monte em monte andou vendendo sardinha. Só depois do 25 de Abril teve o direito a uma casa para onde entrou com 100\$00 no bolso. Depois, da Cooperativa vieram-lhe, e continuam vindo, roupas e a comida de cada dia

Ser criança em tempo de Reforma Agrária

● «As creches foi o melhor que nos podia acontecer. Depois de termos o trabalho certo graças à Reforma Agrária, mesmo assim muitas mulheres não podiam ir trabalhar se tinham muitos filhos. Eu tenho dois filhos. Só o meu marido sozinho como é que chegava para a gente? Mas, com as crianças pequenas, havia de as carregar comigo como eram obrigadas a fazer as nossas mães? Por isto a creche foi o melhor para nós, mulheres, para ajudarmos os maridos. Eu gosto de trabalhar fora de casa, mas mesmo que não gostasse, tinha de o fazer. E para as crianças, a creche é uma coisa muito boa. Bem cuidadas, bem alimentadas, bem guardadas e nós descansadas no trabalho. E o convívio com os outros miúdos só lhes faz bem. Espavita-os. Sabemos também que os mais velhos, quando saem da escola, vêm para aqui, não andam pelas ruas abandonados».

olhar para elas. Já cá estiveram médicos a saber o que a gente dava às crianças e disseram que a nossa alimentação era boa».

(Francisca Fandango, 42 anos, encarregada da creche de Avis)

● «As crianças entram aqui por volta das 6 horas da manhã. Tomam cá o pequeno almoço, leite com café ou 'toddy', papo, seco com queijo, marmelada ou margarina ou até manteiga de vaca — agora temos cá boa manteiga de vaca, foi uma oferta dos trabalhadores da «Martins e Rebelo». Ao almoço têm sempre sopa e o segundo prato. Sopa de hortaliças, às vezes canja, depois frango guisado, couve flor com peixe, salsichas fritas, ovos cozidos com couve, carne, enfim, varia. E têm a fruta. Depois é a hora da sossega e o lanche é parecido com o pequeno almoço. Por volta das 18 horas as mães vêm buscar as crianças».

(Joaquina de Jesus Pereira, 54 anos, encarregada da creche de Santo António de Alcórrego)

(Jacinta Maria Coelho, 31 anos, trabalhadora agrícola)

● «Que as crianças são bem tratadas é coisa que salta à vista de quem cá vier. Basta

● «A creche veio facilitar imenso o trabalho da mulher. Eu trabalho na padaria das 7.30 às 13 horas e das 17 às 19 horas. É muito movimento. Não havia condições para ter a criança tão pequenina comigo. Assim estou sossegada e para a criança é muito melhor».

(Leonor Bartolomeu, 23 anos, empregada da padaria da União das Cooperativas)

● «Tenho três filhos e todos aqui na creche de Avis. Antes não podia trabalhar, não tinha a quem deixar as crianças. E o que o meu marido ganhava, não dava para tanta boca. Agora é bom para as crianças e para nós em todos os sentidos. O que eu digo é que isto continue para a frente e não acabe para não voltarmos a sofrer».

(Ana Bartolomeu, trabalhadora agrícola)

● «Não se vê mesmo que é segunda-feira? Este bebé aqui, nunca chora, hoje só se cala ao colo. Mas não pode ser! Está-se mesmo a ver. Ao domingo têm mimos dos pais, andam ao colo e depois à segunda-feira estão mal

acostumados. Quem viu as crianças antigamente e as vê hoje! Hoje é pão e mel».

(Manuela Caetano, ama das crianças na creche de Avis)

● «As creches, tanto a de Avis como a de Alcórrego e a de Camões, servem todas as crianças sejam ou não filhos de trabalhadores da Cooperativa. Mas os trabalhadores da Cooperativa não pagam nada e os pais das outras crianças — temos cá muitos filhos de pessoal das fábricas — pagam apenas 50\$00 por semana».

(José Manuel Traquinas, da Direcção da Cooperativa «1.º de Maio» de Avis)

● «Nós gostamos muito da creche. Os bebés estão num lado. A gente, somos mais crescidos, ficamos noutro. Temos baloiço, escorrega e traves. Mas é uma pena, a gente não tem um triciclo e as raparigas gostam é das bonecas. O meu pai trabalha na vacaria. Nós somos nove irmãos. A minha mãe morreu. Se não fosse a creche, o meu pai via-se muito atrapalhado da vida».

(Bernardo Manuel, 12 anos, Santo António de Alcórrego)



Leonor Bartolomeu, uma jovem mãe: a vivência que as mulheres de outra geração não tiveram — poder trabalhar descansada, sabendo os filhos bem cuidados

Jacinta Maria Coelho tem as duas filhas na «creche» ocupadas no período extra-escolar. As seis da manhã traz as crianças: «Tem de ser. Temos de fazer sacrifícios para isto ir para a frente». E depois parte para a apanha da azeitona

Eleitos do PS nas autarquias ao serviço de quem?

Apurados os resultados eleitorais para as autarquias locais e conhecida a composição dos órgãos de poder local, os democratas não se limitaram a saudar a grande vitória da Aliança Povo Unido. Desde logo se interrogaram também sobre qual iria ser a actuação dos socialistas eleitos para os municípios de maioria APU.

Das cinquenta Câmaras Municipais ganhas pela APU, apenas em sete não se verificou a maioria absoluta (Loures, Amadora, Azambuja, Vila Franca de Xira, Setúbal, Chamusca e Vila Real de Santo António). Por outro lado, embora sendo sempre a força mais votada nas Assembleias Municipais daquelas 50 concelhos, a APU não obteve a maioria absoluta em todos.

Assim, compreende-se a expectativa em torno da actuação dos eleitos socialistas, uma vez que a gestão de diversas autarquias APU vai estar condicionada, de certo modo, pelas alianças que aqueles venham a realizar.

Com a entrada em funções dos novos órgãos veio a verificar-se o que já se temia: a "tendência" de muitos eleitos socialistas para se aliarem com os eleitos de direita, contra a APU.

O primeiro caso passou-se no Montijo, onde a APU detém a maioria absoluta na Câmara (4 APU, 2 PS e 1 PPD), e a maioria relativa na Assembleia Municipal (19 APU, 11 PS e 9 PPD). Quando se tratou de proceder à eleição da mesa da Assembleia Municipal os eleitos pelo PS juntaram-se com os do PPD e elegeram, por vinte votos contra 19, o presidente e o primeiro secretário entre os elementos do PS e o segundo secretário nas hostes do PPD.



Na Amadora, como em todo o lado, unir forças contra a direita

Municipal, que eles próprios convocaram, pretenderam aprovar uma proposta visando o esvaziamento de poderes do presidente da Câmara e a delegação de funções executivas em si próprios.

Os objectivos de tão tendenciosa proposta são claros, sobretudo se atentarmos à correlação de forças saída das eleições (5 APU, 4 PS e 2 PPD), mas o mínimo que se poderia exigir de quem não tem qualquer respeito pela vontade do eleitorado seria um pouco de coerência nas posições defendidas.

Só que nem isso se verifica.

Senão vejamos: enquanto advogam a subaltermização do presidente do município e a delegação de poderes nos restantes vereadores, os elementos do PS e do PPD defendem simultaneamente a indicação de um único vereador a tempo inteiro para a Câmara. Não se vislumbra como, a não ser pela ineficácia, os vereadores do PS e do PPD pretendiam atender a um concelho com uma tão vasta gama de problemas como o de Loures.

Por outro lado, importa não esquecer que as funções e atribuições do presidente do município estão fixadas na lei

... e que por sinal foram na altura ferozmente defendidas pelos mesmos que hoje as querem anular.

O presidente da Câmara de Loures, Severiano Falcão, não permitiu que uma tal proposta (tão ilegal como extemporânea) fosse discutida e votada. Foi então que os elementos do PS e PPD pretenderam impor a votação da proposta através da apresentação de um requerimento, viciando desta forma a resolução do diferendo.

O expediente não foi aceite pelo presidente da Câmara e os elementos do PS e do PPD resolveram mover-lhe um inquérito!

Como se pode ver, os eleitos pelo PS nestes dois órgãos não estão de modo algum a respeitar a vontade da maioria do eleitorado, nem sequer dispostos a trabalhar em conjunto com os democratas da APU na prossecução de uma gestão ao serviço das populações. E para tal aliam-se ao PPD.

Se dúvidas houvesse quanto à "orientação geral" que preside a uma tal actuação o novo exemplo que chega da Azambuja bastaria para as desfazer. Confiantes na maioria que conseguem com as forças de direita e pseudo-esquerdistas, os socialistas não hesitam em recorrer a ilegalidades.

Em Azambuja, os eleitos do PS propuseram e os seus amigos do PPD e da UDP apressaram-se a aprovar que, para a eleição da mesa da Assembleia Municipal local, os presidentes de Juntas de Freguesia (que fazem parte daquele órgão por direito próprio) não pudessem votar!!!!

Claro que os eleitos da APU protestaram contra tais métodos e vão recorrer judicialmente a fim de anularem a votação resultante de tal deliberação, mas o facto é que nem a reposição da legalidade pode fazer esquecer tão vergonhoso procedimento por parte de homens que se afirmam socialistas.

O recurso a ilegalidades, no caso tão insólitas como inéditas, não conduz no entanto a lado nenhum. Pode, isso sim, impedir o funcionamento dos órgãos de poder local, prejudicando desta forma as populações. Por isso importa não deixar em claro nenhuma situação semelhante, pois tempo virá em que a população será chamada a julgar quem sem qualquer escrúpulo se serviu do voto popular para levar por diante os seus desígnios partidários ou pessoais.

É no entanto justo salientar que nem em todo o lado o procedimento dos eleitos socialistas é como o que acima se referiu. Recorde-se, por exemplo, os casos de Setúbal, Vila Real de Santo António e Idanha-a-Nova, em cujas Assembleias Municipais os elementos da APU e do PS chegaram a acordo para a eleição das mesas e, pressupostamente, estão na disposição de juntar forças contra a direita, levando a cabo uma gestão verdadeiramente democrática.

Esta possibilidade de acordo entre forças diferentes em torno de problemas concretos, quando existe a vontade de os resolver, é uma das características mais salutares do poder local. Compete aos democratas lutar por a tomar realidade.

1.º Encontro Nacional de Defesa do Património Cultural e Natural

Por iniciativa do Grupo de Trabalho Inter-Associações realiza-se nos próximos dias 25, 26 e 27, em Santarém, o 1.º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural.

A iniciativa, divulgada na passada segunda-feira em conferência de imprensa realizada no Anfiteatro II da Faculdade de Letras de Lisboa, surge na sequência do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho formado em Outubro de 1978, em Alcobaca. A esse Grupo Inter-Associações foi então "cometida a responsabilidade de realizar o levantamento das diversas associações portuguesas viradas para

a investigação, defesa e valorização do Património Cultural e Natural Regional, bem como das suas actividades e projectos futuros".

Destacadas que foram 41 associações e após um inquérito realizado a nível nacional, foi decidido promover o 1.º Encontro Nacional, para o qual existem já 106 inscrições individuais.

Segundo a mesa que presidiu à conferência, composta por representantes das associações de Alcobaca, Santarém, Tomar, Palmela e Alenquer, são três as principais razões deste Encontro.

Em primeiro lugar, o facto

destes assuntos nunca terem merecido qualquer atenção real do poder político, pelo que não existe uma política clara para tratar destas questões; em segundo lugar, porque se pensa que essa política deve existir e ter em conta a participação das colectividades; e, finalmente, porque as associações elaboraram já um projecto que tem em conta o papel que pode e deve ser desenvolvido pelas populações na defesa e valorização do nosso Património.

No decorrer do Encontro Nacional, que contará com todo o apoio da Associação de Santarém, serão projectados filmes e estão programadas

visitas de estudo. No dia 27, às 21 horas, na sessão de encerramento, serão apresentadas as conclusões e elegem-se-á o novo secretariado coordenador das actividades de defesa do Património.

Em Santarém, paralelamente ao Encontro Nacional, estarão patentes duas exposições: "Culto do Espírito Santo" e "A Alcáçova de Santarém na Arqueologia e na História", na Igreja de Santa Maria de Alcáçova.

O Grupo de Trabalho Inter-Associações, que funciona no Curso de Língua e Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras de Lisboa, pode



A defesa do património cultural e natural será estudada em Santarém

fornecer quaisquer informações sobre este assunto aos interessados em

participar neste 1.º Encontro Nacional de Defesa do Património.

Trocas e baldrocas da Aliança Reaccionária na Câmara de Viana do Castelo

A Câmara Municipal de Viana do Castelo começou o novo ano cometendo irregularidades, como que numa demonstração de que nada mudou com a eleição de nova vereação.

Com efeito, Lucínio Araújo (PPD) presidente daquela edilidade desde 1976, terminou o seu primeiro mandato usando o seu voto de qualidade para desempatar uma votação que viria a aprovar o retorno do nome da rua «28 de Setembro» ao nome que tinha antes do 25 de Abril, ou seja, o nome de um presidente de Câmara do regime fascista.

Reeleito para presidente da Câmara, desta vez como cabeça de lista da Aliança Reaccionária, Lucínio Araújo iniciou o seu mandato violando as mais elementares regras de respeito pelos princípios democráticos, a fim de ser «eleito» para presidente do Conselho Administrativo dos Serviços Municipalizados de Viana.

Para alcançar os seus objectivos (o de bisar o título de presidente) o representante alanciano não hesitou em forçar uma votação que contrariasse uma anterior, de modo a modificar uma decisão que já havia sido tomada por maioria.

A «coisa» passou-se assim: os eleitos pela «AD», que detêm a maioria absoluta na Câmara de Viana do Castelo, foram para a reunião sem ter estudado bem a lição, que

é como quem diz o sentido do voto. Assim, quando os cinco eleitos da «AD» mais os dois do PS e os dois da APU discutiram e votaram os três representantes para o Conselho Administrativo dos Serviços Municipalizados, o que presidiu à escolha foram critérios de competência e conhecimento das tarefas a exercer naquele organismo municipal.

E foi desta forma que, por proposta de um eleito da «AD», foi eleito para presidente do Conselho Administrativo um elemento do PS que já havia estado ligado durante algum tempo aos Serviços Municipais, e para primeiro e segundo vogais dois elementos da «AD», sendo um o actual presidente do município.

Mas, afinal quem manda?

Se a «história» ficasse por aqui, tudo estaria muito bem. Só que Lucínio Araújo queria ser «escolhido» para presidente do Conselho e não ficou nada satisfeito com o resultado da votação. Mas, afinal quem manda?

Pelos vistos, não há dúvida que é Lucínio Araújo, uma vez que na reunião seguinte da Câmara o mesmíssimo vereador que havia proposto o elemento do PS para presidente do Conselho administrativo declarou a necessidade de

se proceder a nova votação sobre o assunto, visto o resultado da anterior não corresponder «à vontade da maioria dos vereadores».

Para que não restem dúvidas, esclareça-se que o resultado da primeira votação foi de oito votos a favor do eleito socialista e seis a favor do presidente do município.

Claro que os eleitos pelo PS e pela APU protestaram contra tão descarada manobra, mas desta vez a «maioria» trazia «cábulas» e não se enganou na lição.

Votou-se primeiro para que os senhores da «AD» confirmassem que não estavam de acordo com o que haviam votado antes.

Votou-se depois para anular a votação.

Votou-se finalmente para «eleger» para presidente do Conselho administrativo dos Serviços Municipais o presidente da Câmara e para vogais outros dois elementos da Aliança Reaccionária.

A APU, recusando-se a apoiar tamanhas irregularidades, não participou em nenhuma destas votações; o PS igualmente indignado, votou em branco.

O senhor Lucínio Araújo, satisfeito, mostrava o agrado que sentia com a acumulação de funções, bisando o título.

Assim começou — tão à moda antiga como terminara — o novo mandato da maioria da edilidade de Viana do Castelo.

PCP toma a iniciativa na Reforma da Administração Pública Central e Local

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou a semana passada ao presidente da Assembleia da República a convocação de uma Conferência de representantes dos grupos parlamentares e partidos com assento na Assembleia, a fim de analisar quais as medidas a tomar para a rápida regulamentação legal sobre a delimitação e coordenação da administração central, regional e local relativamente aos respectivos investimentos.

Como se sabe, a Assembleia da República havia aprovado por unanimidade, no passado dia 27 de Julho, um diploma sobre aquela matéria (Decreto 252-1), posteriormente vetado e reenviado ao Parlamento pelo Presidente da República. O veto surgiu na sequência da decisão do Conselho da Revolução em se pronunciar pela inconstitucionalidade (formal) do referido Decreto, por entender que violava o n.º 8 do Art.º 171.º na remissão deste para a alínea h) do Art.º 167.º, assim como o n.º 2 do Art.º 231 da Constituição da República.

Como se afirma na solicitação do PCP, «tratando-se reconhecidamente de um diploma indispensável ao regular funcionamento das autarquias locais na

perspectiva da real autonomia financeira que decorre da Constituição e da Lei de Finanças Locais, urge que a Assembleia da República actue por forma a tornar possível a entrada em vigor no mais curto prazo de tempo da regulamentação legal de tal matéria, como tem sido insistentemente reclamado por órgãos de poder local de todo o país».

Paralelamente, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um conjunto de projectos de lei que se prendem com a Reforma da Administração Pública Central e Local e a justiça administrativa.

Trata-se, nomeadamente, dos projectos de lei sobre o regime do processo administrativo não contencioso (que disciplina e uniformiza o procedimento administrativo); do projecto de lei sobre a acção popular (que permite a qualquer cidadão impugnar actos da Administração); do projecto de lei que possibilita a Impugnação directa de decretos regulamentares; do projecto de lei que revê a orgânica dos tribunais administrativos e fiscais; e ainda um projecto de lei sobre o regime de criação e extinção de autarquias locais, e de 28 projectos de lei sobre a criação de freguesias e elevação de vilas a cidades.

Eleitos comunistas defendem autarquias junto do povo

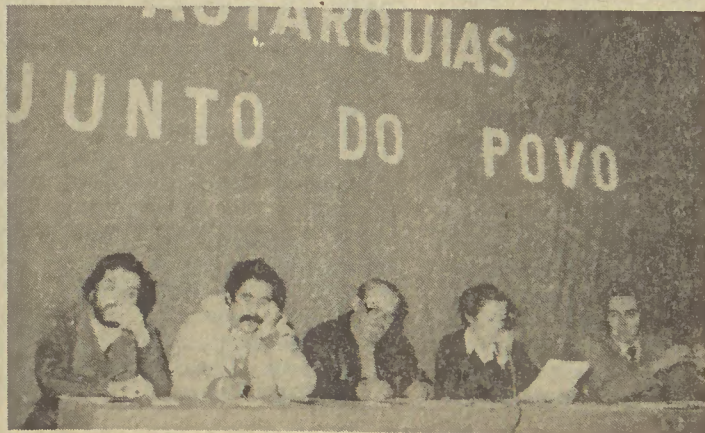
Em reuniões realizadas no passado fim-de-semana em Coimbra e Braga, os eleitos comunistas para os órgãos de poder local daqueles distritos e ainda do distrito de Viana do Castelo debateram problemas relacionados com a sua actividade nas autarquias.

Na reunião de Braga, que juntou 200 militantes do PCP, foi reclamada a aplicação integral da Lei de Finanças Locais e a urgente apreciação da Lei de Delimitação de responsabilidades em matéria de investimentos.

O camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, que participou em ambas as reuniões, afirmou em conferência de imprensa realizada em Coimbra após a reunião com uma centena de eleitos da APU que é necessário desenvolver esforços para levar a cabo uma política de unidade em torno dos problemas concretos das autarquias, pelo que os responsáveis autárquicos devem deixar em segundo plano as diver-

gências políticas e juntar forças na defesa dos interesses e do bem-estar das populações. Pela sua parte, afirmou, o PCP apoiará todas as propostas e medidas que procurem responder aos problemas locais no interesse do povo.

Alertando para os perigos sérios do actual momento político e denunciando a inconstitucionalidade do referendo, Carlos Costa afirmou ser indispensável um acordo entre o PS e o PCP para impedir as medidas inconstitucionais do Governo «AD».



A mesa que presidiu à reunião em Braga, em que participaram duas centenas de eleitos da APU

Eleitos mal distribuídos em Vila do Bispo

Erros cometidos na aplicação do método de Hondt provocaram a deficiente distribuição dos eleitos na maioria dos órgãos de poder local do concelho de Vila do Bispo. Para a Assembleia Municipal, por exemplo, foi divulgada a seguinte composição: 16 PS, 6 APU e 3 PPD. Ora acontece que, com a correcta aplicação do método de Hondt, aquele órgão autárquico será constituído por 10 elementos do PS, 9 da APU e 6 do PPD.

Situações semelhantes verificam-se em quatro Assembleias de Freguesia do concelho.

O que não se compreende é que, embora a Assembleia de Apuramento Geral já tenha reconhecido o erro, se continue sem resolver a situação, impedindo desta forma a instalação daqueles órgãos de poder local.

Turismo algarvio

Segundo informou recentemente o presidente da Comissão Regional de Turismo do Algarve em conferência de Imprensa a CRTA dispõe para a sua actividade no corrente ano de 62 500 contos.

Ao apresentar o Plano de Actividades e o Orçamento para 1980, o presidente da CRTA apontou como objectivos prioritários a defesa do património turístico, a reestruturação da comissão e a promoção do saneamento básico e das comunicações. Ainda segundo aquele responsável será dada especial atenção à valorização turística do Algarve, ao inventário turístico e a um guia para investidores no sector de turismo.

Obras em Odemira

«O ano de 1980 será o ano das realizações e concretizações a que o povo do concelho de Odemira há tantos anos aspira» — as palavras são de Justino Santos, reeleito presidente da Câmara Municipal de Odemira, e já começaram a ser levadas à prática. Começaram as obras de alargamento e pavimentação da estrada que liga as sedes de freguesia de S. Luis e Vila Nova de Mil Fontes.

Com a reconstrução da estrada, aberta há mais de 30 anos e quase sempre intransitável, a distância entre as duas freguesias será reduzida, evitando-se o desvio obrigatório até agora por Cercial do Alentejo.

Ainda no concelho de Odemira, mas na freguesia de S. Teotónio, começaram as obras de construção de um pontão com 17 quilómetros de extensão. A realização destas obras irá contribuir para a resolução do grave problema de comunicações com o interior do concelho (serra), cuja população fica muitas vezes isolada durante o inverno.

Coimbra terá nove vereadores

Segundo a deliberação final do Tribunal da Relação de Coimbra, o município desta cidade terá nove e não onze vereadores, como pretendia o PS. A edilidade será assim formada por quatro eleitos pela «AD», três do PS e dois da APU.

A pretensão do PS baseava-se no facto de o recenseamento eleitoral, concluído em Janeiro de 1979 revelar que o concelho de Coimbra tinha 100 109 cidadãos inscritos, e a Lei 79/77 fixar o número de 11 vereadores nos municípios com mais de 100 mil eleitores (com excepção de Lisboa e Porto).

No entanto, como o Tribunal da Relação veio a revelar, o número de cidadãos recenseados diminuiu (por mortes) até à data das eleições. Como o número de vereadores é fixado a partir do número de recenseados existentes aos 60 dias antes da eleição, e em Coimbra já era inferior a 100 mil a Câmara Municipal ficará com nove vereadores.

A decisão do Tribunal reflecte-se igualmente na composição da Assembleia Municipal, que passará a ser formada por 37 «AD», 29 PS e 10 APU.

Empossada AM do Porto

«No dia em que nos órgãos de poder local não se praticar a democracia, a democracia desaparecerá de Portugal» — as palavras são de António Macedo, presidente cessante da Assembleia Municipal do Porto, ao empossar os novos eleitos para aquele órgão.

Na sua intervenção, António Macedo respondeu veladamente ao novo presidente da Assembleia Municipal (ex-deputado à Assembleia Nacional fascista), que não referiu uma única vez a democracia e fez questão de afirmar «que o que o povo do Porto nos pede não são nem moções nem debates, o que nos pede é que resolvamos os seus problemas de todos os dias».

A propósito desta afirmação do novo responsável autárquico, António Macedo recordou que a Assembleia Municipal é «um órgão político», que também «aprovará moções, propostas e o mais que seja necessário, porque uma das suas competências é fazer chegar ao Governo todos os anseios e interesses dos municípios».

Câmara de Ourique não tem pressa

Enquanto prosseguem por todo o País as tomadas de posse e as primeiras reuniões dos novos órgãos de poder local, em Ourique a edilidade parece não ter pressa nenhuma de se lançar ao trabalho.

Com efeito, ainda na passada segunda-feira, mais de dez dias passados sobre a tomada de posse, a Câmara de Ourique não tinha reunido nem sequer convocado a primeira sessão camarária.

Tão completo desinteresse da maioria da edilidade (PPD) está provocar não só o espanto mas também a indignação entre a população.

Desporto e cultura na Amadora

Por iniciativa do Clube Sorefame, realizou-se recentemente uma reunião conjunta com representantes do Clube Recreativo do Bairro Janeiro, a Sociedade Filarmónica Recreio Artístico da Amadora, a União e Progresso da Venda Nova, o Desportivo Operário do Rangel, o Grupo Desportivo da «Cel-Cat» e as Comissões de Moradores da Reboleira-Sul, Brandoa e Damaia de Cima, que decidiram conjugar esforços para dinamizar o desporto e a cultura no novo concelho.

Para tal deverá realizar-se um «plenário concelho que eleja uma Comissão Coordenadora Dinamizadora e aprove um plano de actividades para o ano de 1980, que além das habitualmente aprovadas pelas respectivas colectividades seja essencialmente virado para a participação do povo do nosso concelho e não só».

O plenário, que deverá concretizar-se no próximo dia 27, na Filarmónica, apreciará já a proposta de realização de uma prova de atletismo de Oeiras para a Amadora, a designar por estafeta «Município de Abril», que simbolizará a transferência de poderes para o jovem concelho.

A JCP e as lutas da massa juvenil na actual situação política

● Direcção Nacional fez balanço e aponta perspectivas de acção

Após o Encontro Nacional de Delegados que em 10 e 11 de Novembro de 1979 concretizou a unificação da UJC e UEC, dando origem à JCP - Juventude Comunista Portuguesa, foi no último fim-de-semana que decorreu "a primeira grande reunião de trabalho da Direcção Nacional" da JCP, realizada no CT do Partido na Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa.

A Direcção Nacional é constituída por 110 membros, sendo 54 por cento provenientes da UJC e 46 por cento da UEC, tendo a seguinte composição social: 36,6 por cento são operários, 14,5 empregados e 46,0 estudantes. As raparigas

representam 25,7 por cento do total dos dirigentes da JCP. O organismo executivo da Direcção Nacional é composto pelos camaradas António Martins, Augusto Carreto, Francisco Lopes, Henrique Neves, Horácio Rufino, João Leal, João Pedro, Pina Moura,

José Baguinho, Castro Caldas, José Moreno, Leontina Pereira e Olga Nunes.

Na reunião plenária do último fim-de-semana participaram também o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, e Jorge Araújo, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Novos perigos e agravantes

Segundo o comunicado divulgado após a reunião, a Direcção Nacional da JCP "discutiu a situação política

resultante da formação do Governo Sá Carneiro e da existência de uma maioria reaccionária na Assembleia da República, embora precária, incerta e limitada no tempo."

"Tal situação", alertam os jovens comunistas, "cria novos perigos à democracia portuguesa e promete agravar a vida da juventude", uma vida já de si difícil, como o sentem bem de perto os jovens desempregados, os que buscam o 1.º emprego, os que estudam em precárias condições sociais, económicas e escolares, os que não

encontram actividades e núcleos de convívio para os seus tempos livres, entre muitos outros jovens que no seu dia-a-dia sentem carências e obstáculos para a plena realização e formação de uma juventude que é o futuro do País.

"Apesar de ainda mal ter iniciado as suas funções, o Governo Sá Carneiro, pela sua composição, pelo seu programa, pelos seus primeiros actos de governo, não deixa quaisquer dúvidas sobre as suas intenções e a sua política, uma política contra o povo e a juventude, contra a democracia e a Constituição que a consagra" - salienta a Direcção Nacional da Juventude Comunista, que, seguidamente, garante:

"O povo e a juventude saberão opor-se fazendo uso dos meios e formas de acção que a Constituição e as leis consagram a tais propósitos".

Neste contexto, o organismo de direcção da JCP procedeu durante a sua reunião plenária a um intenso debate sobre as orientações a adoptar pelos jovens militantes comunistas face à nova situação política, na perspectiva do fortalecimento da participação da juventude na luta do Povo português em defesa do regime democrático, da democracia e do 25 de Abril".

Dar mais força e dinamismo à JCP!

Herdeira das tradições de luta da juventude comunista ao longo dos tempos, herdeira das responsabilidades da UJC e da UEC, a organização da JCP nasceu com objectivos fundamentais no âmbito das lutas e da acção da massa juvenil. Dar voz e dar mais força ao movimento da juventude para lutar por uma vida sem desemprego e incertezas, pelo direito à habitação, por uma vida de

independência, amor e felicidade para os jovens casais, pelo direito ao ensino e à cultura, por uma sólida formação profissional, pelo aproveitamento são e criador dos tempos livres - estes alguns objectivos centrais da JCP, objectivos de acção e luta que marcam profundamente o próprio estilo de trabalho e empenhamento dos seus militantes.

Mas a par daquelas orientações, há outras não menos importantes: as tarefas da luta pela unidade. Com efeito, a JCP nasceu também para unir: unir os jovens operários e empregados contra as discriminações salariais e profissionais; unir os jovens camponeses por uma vida melhor nos campos; unir os estudantes contra a degradação das condições de ensino, pela melhoria das condições de estudo e de trabalho, por garantias efectivas de saída profissional; unir os jovens aprendizes pela qualificação e promoção profissional, contra a instabilidade no trabalho; unir os trabalhadores-estudantes na luta pela concretização de justos direitos que possam estimular e ajudar os TE's na sua dupla condição de trabalhadores e de estudantes; unir os jovens raparigas contra os vexames, as prepotências, a repressão patronal e as discriminações.

De salientar ainda que os jovens militantes comunistas são uma força activa e fundamental noutras frentes de luta, nomeadamente as que se relacionam com a situação dos estudantes do Propedéutico e dos candidatos à Universidade ainda não colocados, sem falar de outros casos que estão na ordem do dia para milhares de jovens estudantes.

Levar à prática todos os objectivos que aqui referimos

1.º Congresso em Maio

A Direcção Nacional da JCP decidiu, no quadro do reforço e melhoramento da organização aos mais diversos níveis, convocar para o próximo mês de Maio o 1.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa, cuja importância e significado vão certamente mobilizar milhares de militantes, jovens trabalhadores e estudantes de todo o País.

A realização do 1.º Congresso surgirá como a primeira grande etapa para reflexão e definição de orientações após a criação da JCP, em 10 e 11 de Novembro de 1979, no Encontro Unificador da UJC e UEC.

Recorde-se, a propósito, que o texto de conclusões daquele Encontro Nacional constitutivo da JCP salientava a dado passo:

"As linhas de trabalho apontadas, que respondem a grandes interesses e aspirações da juventude e da sua luta, serão melhoradas pela sua aplicação prática, ou seja pelo efectivo desenvolvimento da actividade e da organização".

"A possibilidade, real daqui a alguns meses, de confrontarmos as linhas de trabalho agora definidas (algumas apenas muito genericamente) com a prática, com a vida concreta da nova organização, permitirá responder com outra certeza a algumas interrogações que se colocam e para as quais não se encontra agora uma resposta".

numa brevíssima abordagem quer dizer, em termos práticos, fazer avançar a luta unitária e dinâmica da juventude. E para isso, a massa juvenil necessita de uma JCP forte, coesa, aberta e dialogante, uma JCP reforçada, que corresponda sempre às exigências da luta nos seus mais diversos momentos e fases.

Como se pode ler no comunicado da sua Direcção Nacional, "para além de prosseguir o fortalecimento dos movimentos da juventude trabalhadora e da juventude estudantil, impõe-se erguer um

amplo, dinâmico e diversificado movimento comum a toda a juventude cujas bandeiras sejam o combate ao desemprego, a luta pelo direito ao trabalho e por um ensino democrático, a acção pela ocupação dos tempos livres, a defesa do Portugal de Abril".

O cumprimento destes objectivos depende, em parte decisiva, do prosseguimento da construção duma Juventude Comunista Portuguesa forte e influente, multiplicando o capital de prestígio e força orgânica herdada da UJC e UEC", conclui a Direcção Nacional da JCP.



A primeira grande reunião de trabalho da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa após o Encontro Unificador (UJC/UEC)

Nove importantes questões àcerca do reforço do movimento juvenil

Como sublinha o documento aprovado na reunião da Direcção Nacional da JCP, "fazer frente com êxito à ofensiva do Governo e da reacção implica o reforço da participação da juventude na luta do povo português em defesa do regime democrático, da democracia e do 25 de Abril. Implica a consolidação e o alargamento da luta e da unidade da juventude portuguesa, em torno dos seus interesses e aspirações comuns. Implica o desenvolvimento e o fortalecimento do movimento da juventude".

Por seu turno, o reforço daquele movimento, que tem características profundamente unitárias, suscita um conjunto de tarefas e acções, que a JCP,

numa breve referência, assinala em nove importantes questões.

Com efeito, o desenvolvimento e fortalecimento do movimento da juventude:

• Implica intensificar e dar um novo impulso à luta pelos objectivos e problemas comuns a toda a juventude: o desemprego, o direito ao trabalho e à formação profissional, um ensino democrático ao serviço do povo e do País, a ocupação e a criadora dos tempos livres;

• Faz-se na resposta à acção de intensificação da exploração capitalista e de protecção ao patronato, dando um forte impulso à luta dos jovens

trabalhadores nas empresas, nomeadamente das jovens raparigas, contra a repressão patronal e as discriminações, por melhores salários e pela melhoria das condições de trabalho, cimentando as comissões de juventude e outras formas de organização juvenil nas empresas - instrumentos de unidade e luta dos jovens;

• É indissociável da actividade e da luta dos jovens operários agrícolas em defesa da Reforma Agrária. A realização do 2.º Encontro dos Jovens Operários Agrícolas irá demonstrar que os jovens estão na firme disposição de defender a Reforma Agrária

e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para a necessidade de alargar cada vez mais a participação dos jovens nos órgãos dirigentes das UCP's e Cooperativas, para que com o seu dinamismo e criatividade, contribuam para o fortalecimento da mais bela conquista de Abril;

• Concretiza-se na actividade juvenil na vida sindical, na luta contra os contratos a prazo, pela aplicação dos CCT, contra o desemprego e pela formação profissional. A juventude, ao lado de todos os trabalhadores, empenhar-se-á activamente na preparação do 3.º Congresso da CGTP-IN,

aberto a todos os sindicatos, consciente do seu papel na defesa da unidade do movimento sindical.

• Faz-se em torno da eleição de Associações de Trabalhadores-Estudantes, prosseguindo a luta em cada escola nocturna, pela resolução dos problemas pedagógicos, pela abertura das cantinas, pela utilização das instalações desportivas e bibliotecas, pela melhoria de transportes.

• Concretiza-se por todo o país, nas colectividades e associações juvenis, em torno da intensificação da prática desportiva, da diversificação das acções culturais, da ocupação criadora dos tempos livres.

Do crescimento e alargamento destas acções - na criação de possibilidades novas de convívio e unidade da juventude;

• Concretiza-se na dinamização da acção da juventude nos órgãos de poder autárquicos e junto deles, designadamente junto dos que, dirigidos pela APU, dão garantias de empenhamento na solução de aspirações juvenis;

• Constrói-se também na dinamização e reforço do Movimento Estudantil.

Das grandes direcções de acção se avizinham e se concretizam - as eleições para os órgãos de gestão e as eleições para as

Associações de Estudantes.

Alargar as posições unitárias nos Conselhos Pedagógicos e Directivos nas escolas do Ensino Secundário, reabilitar a presença estudantil nestes Conselhos, restabelecer perspectivas para o normal funcionamento das ADT's são objectivos a alcançar, prosseguindo experiências já iniciadas.

Reforçar a luta dos estudantes do Propedéutico pelo direito ao ensino, por melhores condições de estudo e justas formas de avaliação e reforçar as posições unitárias nas

Assembleias de Representantes, continuar a luta pela gestão democrática, desmascarar o trabalho de sabotagem da JSD/JC, são propósitos vivos para o desenvolvimento da acção estudantil no Ensino Superior.

• Faz-se no diversificar da actividade, nomeadamente no campo cultural e desportivo, no reforço da corrente unitária no MA, no combate à influência da direita e à acção dos grupos fascistas nas escolas do Secundário, no alargamento da dinâmica unitária que traga cada vez mais jovens à participação activa no MA.

Camaradas falecidos

MARGARITA CABANELAS - Faleceu no passado domingo a camarada Margarita Cabanelas, ultimamente ligada, do distrito de Lisboa, ao sector das autarquias, depois de ter pertencido à organização dos professores. O funeral, realizado segunda-feira, constituiu uma significativa e comovida manifestação de pesar.

MANUEL RODRIGUES - Com 63 anos, faleceu há dias o camarada Manuel Augusto Rodrigues, de Coimbra, comerciante, reformado que gozava de grande estima e admiração por parte de todos quantos com ele conviveram. Preso várias vezes, a primeira das quais apenas com 18 anos, o camarada Manuel Rodrigues totalizou seis anos nas masmorras do salazarismo, tendo dado sempre provas de firmeza e coragem. Foi agora vítima de doença cardíaca.

ARTUR MONTEIRO - Após prolongada doença, faleceu recentemente o militante comunista Artur Monteiro, de 65 anos. Residia na freguesia de S. Tiago, em Lisboa, onde contava com muitos amigos.

JOSÉ MANUEL OLIVEIRA - Com 45 anos, faleceu o camarada José Manuel Oliveira. Era membro do Organismo do Partido na Indústria Farmacéutica da Amadora.

JOSÉ ANTÓNIO CAETANO - Combatente antifascista e lutador corajoso pela defesa dos interesses dos trabalhadores, faleceu no primeiro dia deste ano de 1980 o camarada José António Caetano, que contava 65 anos.

Nasceu em Ribeira de S. João (Rio Maior) e sofreu as prisões da Pide durante seis anos (um ano em Caxias e cinco em Peniche). Foi dirigente das lutas na Carris, onde trabalhou 25 anos. Como exilado político, viveu depois 15 anos em França, tendo desempenhado cargos e tarefas de relevo nas organizações do jornal "L'Humanité", órgão do PCF. Logo após o 25 de Abril, regressou a Portugal no avião em que também viajava o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido.

FRANCISCO SOARES - Vítima de um desastre ocorrido em Almeirim, faleceu o camarada Francisco Soares, de 63 anos. Era pedreiro e residia em Porto de Muge, Valada (Cartaxo). Militante activo desempenhou muitas tarefas na organização de Benavente.

ANTÓNIO DA COSTA - Com 77 anos, faleceu também recentemente o camarada António da Costa, antifascista bem conhecido na freguesia da Graça, Pedrógão Grande (distrito de Leiria). Juntamente com Bento Gonçalves, colaborou no jornal revolucionário da Marinha Grande. Foi eleito pela APU para a freguesia da Graça e gozava de grande simpatia por parte da população, onde contava com muitos companheiros e amigos.

ÓSCAR NASCIMENTO - Com 50 anos, faleceu em 10 do corrente, vitimado por um acidente de viação, o camarada Óscar Nascimento, membro da célula do PCP na Gulbenkian e da Associação do Pessoal da mesma empresa.

Universidade: a memória não é assim tão curta...

São cerca de 80 mil os estudantes universitários do nosso país. Que perspectivas traz a nova situação política para este importante sector estudantil? A resposta é complexa, mas tem desde já uma certeza: o Governo Sá Carneiro e a maioria reaccionária da Assembleia da República nada farão, antes pelo contrário, para a resolução dos graves problemas que os estudantes universitários enfrentam no dia-a-dia, e aos quais opõem a sua luta, dinamizada e organizada a partir das suas estruturas representativas.

Como sucede na grande maioria do actual elenco governativo, o Ministro da Educação é um homem com vasta experiência no sector... Foi Director-Geral do Ensino Superior, Reitor da Universidade da (então) Lourenço Marques, Presidente do Instituto de Alta Cultura (fora outros "extras"...). Tudo isto antes do 25 de Abril, é claro.

Depois da alvorada libertadora, foi afastado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e, mais tarde, reintegrado, como sucedeu a outros personagens do antigo

Enfim, é este o homem que agora controla o Ministério da Educação. Um homem da confiança da Aliança Reaccionária, cuja campanha eleitoral, como assinala um documento divulgado recentemente pelo Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior da JCP, se baseou em promessas de mudança, por outras palavras, uma mudança virada para o passado. E muitos que acreditaram nesta mudança, cometa a JCP, e que viram nela estabilidade e melhoria, serão confrontados nos próximos meses com uma realidade bem diferente e decerto decepcionante.

A mobilização prosseguirá

Em relação à política do Governo "AD", alguns estudantes universitários ainda poderão interrogar-se sobre este ou aquele aspecto. A propósito da "mudança" apreendida na campanha eleitoral da Aliança Reaccionária, pergunta a JCP:

a inauguração da política de direita, no campo do ensino.

A memória não é tão curta que não esteja na lembrança de todos o apoio constante dado pela direita ao Ministro Cardia, o dirigente socialista (agora ligeiramente afastado) que, pela mão do PS e com os entusiásticos aplausos do PPD e CDS, veio estabelecer um autêntico "caos" na estrutura de ensino.

"A memória não é tão curta", recordam os jovens comunistas, "que não seja possível lembrar o apoio expresso do Ministro Valente de Oliveira do governo Mota Pinto à candidatura da AD".

Por outro lado, "a memória também não é tão curta que não seja possível ouvir ainda o aplauso do PPD e do CDS aos acordos com o FMI e o Banco Mundial que vieram a determinar as linhas gerais da política de ensino".

As causas da política de direita

Foi daquele conjunto de acordos que resultou toda uma política de contenção das despesas com o ensino, responsável pelas dificuldades orçamentais das escolas (degradação, falta de professores e de equipamento, etc.); uma política de estrangulamento do acesso ao Ensino Superior e de reforço da selectividade, com o "número de vagas" e o "número de vagas" (ainda neste ano lectivo há casos de extrema gravidade, com alunos aprovados nos exames sem serem colocados nas escolas), as percentagens absurdas de reprovações e a falta de apoio social (bolsas, residências, cantinas).

É aquela política responsável pelo aumento do desemprego entre os licenciados e a consequente ocupação por estes em empregos para os quais não são necessárias habilitações de grau superior, sendo estas situações o reflexo da estagnação do crescimento económico e do investimento público, receita do FMI para Portugal.

Aquela política é ainda responsável pela reconversão das escolas superiores (ISE's e ISEC's) em escolas de formação média, com a consequente

desvalorização profissional destes cursos.

É daquela política que resulta directamente a profunda crise que todos vivemos na Universidade. É essa política que o actual Primeiro-Ministro tentará prosseguir se possível a um ritmo mais rápido. Porque em tudo isto há uma (certa) "coerência", a "coerência" da recuperação capitalista e imperialista, que cria dificuldades à maioria, mas serve interesses bem determinados, como sublinha o Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior da JCP.

Uma importante frente de luta

Entretanto, começaram já as eleições no âmbito das estruturas com representação estudantil nas escolas superiores. Hoje é o último dia das eleições para a Assembleia de Representantes e Conselho Pedagógico do I.S.T., apresentando-se ao acto eleitoral uma lista unitária com estudantes democratas e progressistas que já deram provas da sua capacidade de trabalho e de acção em defesa dos justos direitos estudantis.

Como assinala a JCP no documento que temos vindo a citar, "as eleições para os órgãos

de gestão nas Faculdades, que se realizarão durante o mês de Janeiro e Fevereiro, serão mais do que nunca, neste momento, uma importante batalha a travar pelo Movimento Estudantil".

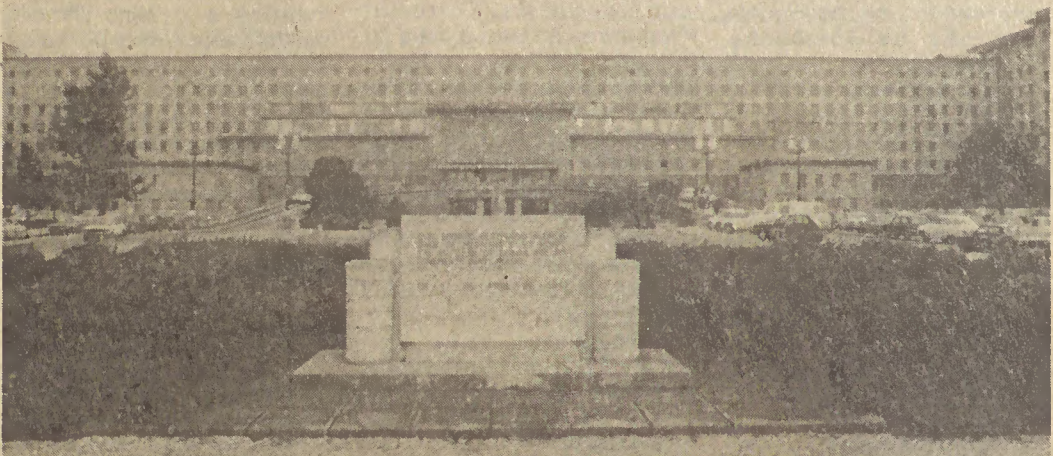
Com efeito, vários aspectos transformarão aqueles actos eleitorais numa grande frente de luta dos estudantes universitários que querem a resolução dos seus problemas.

Nestas eleições será, certamente, afirmada a necessidade de defender e reforçar a participação estudantil na direcção das escolas e na definição da política de ensino, exigindo a revisão da anti-democrática lei Cardia da gestão, por forma a limitar o poder discricionário dos Conselhos Científicos e alargar as funções dos órgãos eleitos, lutando pelo alargamento da gestão democrática às reitorias e pela definição da autonomia universitária em termos democráticos, objectivos e realistas, pela revisão da lei que cria o Conselho Nacional do Ensino Superior e pela participação estudantil nesse órgão, tal como reclama a JCP e a maioria das estruturas associativas e outras organizações democráticas da população universitária.

Por outro lado, naquelas eleições será reafirmada a necessidade de uma unidade mais ampla que leve aos órgãos de gestão os estudantes que al melhor defendam os interesses e reivindicações estudantis, uma unidade que tenha por base o entendimento de todos os que querem lutar por um ensino melhor, independentemente de diferenças políticas, ideológicas ou religiosas.

Como sublinham os estudantes comunistas, "será uma unidade construída no trabalho conjunto, nas estruturas de gestão e do Movimento Associativo, capaz de derrotar as listas divisionistas da direita (cujos eleitos já demonstraram em anos anteriores um total desinteresse pelo trabalho e pela defesa dos interesses dos estudantes), as listas promovidas pela JSD, JC e MIRN".

Há que contar com uma política anti-estudantil, há que contar com a actividade divisionista da JSD e da JC, que procuram facilitar o trabalho ao seu Governo, mas o Governo da direita terá que contar também com a resistência dos estudantes, com a sua unidade e a sua luta - salienta a JCP.



É no Hospital da Santa Maria que funciona a Faculdade de Medicina de Lisboa. Recentemente, estudantes desta escola mobilizaram-se para protestarem contra um injusto chumbo colectivo a 400 alunos

JOGOS OLIMPICOS MOSCOVO 80

★VIAGENS ESPECIAIS★

ORGANIZADAS PELA ASSOCIAÇÃO PORTUGAL URSS com a colaboração da

CONTACTE-NOS NA RUA DE S. CAETANO, 30, LISBOA Telef. 601099-601199-601124



Temas vários



Nos Estados Unidos, exemplo mais acabado — e mais louvado — da sociedade capitalista, as coisas são assim: enquanto uns levam uma vida miserável e dormem nos passeios das cosmopolitas avenidas, outros endividam-se até aos cabelos embalados pela sedução do «dinheiro de plástico». Quem fica por cima, sempre a ganhar, são os mesmos: os grandes capitalistas defensores dos «direitos humanos»



Estados Unidos Quando o dinheiro é de «plástico» ou as compras a crédito como forma de aumentar os lucros

A ideia «compre agora, pague depois» tornou-se, para a maioria esmagadora dos americanos, tanto um gula prático, como um conceito estereotipado.

O «dinheiro de plástico» arrasta o indivíduo para o «consumismo».

«Como um neurótico desligado dos sentimentos e necessidades vitais, estamos desligados das nossas possibilidades reais, que aliás são limitadas», escreveu recentemente a «Newsweek».

Também recentemente, uma psicanalista americana afirmou que a compra a crédito se assemelha ao consumo de bebidas alcoólicas: primeiro surge um sentimento de despreocupação, porque o efeito começa instantaneamente, enquanto que a ressaca aparece no dia seguinte...

A vida a crédito é semelhante ao tradicional rol de mercadoria, mas este, numa escala muito inferior. Levamos para casa a massa, o arroz, o azeite, as conservas, etc., e, no fim do mês, levamos também a conta... porém, sem juros.

Nos Estados Unidos a compra a crédito assume proporções assustadoras. Basta dizer-se que neste país é difícil encontrar um objecto onde se efectuem as compras. No fim do mês, levamos também a conta... porém, sem juros.

Compre agora e endivide-se depois

O precursor do «dinheiro de plástico» surgiu, nos EUA, pouco antes do início da I Grande Guerra. Na altura, as companhias de petróleo entregavam os chamados «cartões de reconhecimento» aos fregueses permanentes. Foi o início dos «cartões de crédito», cujas particularidades funcionais básicas do sistema se conservam ainda hoje.

Terminado o primeiro conflito mundial, o exemplo das companhias de petróleo foi seguido pelas maiores lojas e bancos dos EUA. Posteriormente, esta iniciativa alcançou um elevadíssimo grau de perfeição.

Somente, e o que é curioso, os americanos parecem não se aperceber da «esparrela» multifissura bem orquestrada pelos homens de negócios. Com efeito, o referido sistema

concede a estes a dupla possibilidade de explorar o consumidor, impondo-lhes não só determinados artigos (a maioria dos quais nem sequer precisa), como também cobrando juros pela concessão de créditos para os mesmos. Só que os pagam consideravelmente mais caros quando dois ou três meses depois chega às respectivas caixas de correio aquilo que os espanhóis chamam «la dolorosa».

Esta, como se disse, e convém recordar, é sempre acompanhada de juros.

Ou seja, um cidadão americano, por exemplo, «apaixona-se» por uma mostra nova-lorquina no interior da qual «estaciona» uma gravata de seda natural com todas as cores e rococós da moda. Preço: 50 dólares. Muito caro, mas o cartãozinho...! Portanto, o sujeito adquire a gravata sem dinheiro, e na maior parte dos casos sem necessidade dela, já que tem outras trinta em casa, e dois ou três meses depois «come» com uma conta de 50 dólares, mais os jurositos do crédito. Quem ganha?

Obviamente o vendedor ou a companhia, que além de terem aliciado o comprador para um produto de que não

necessita imediatamente, lhe cobrou juros pela venda do mesmo.

Seguem-se as dívidas!

Segundo as estatísticas, quase dois terços dos detentores de cartões de crédito encontram-se em dívida para com os bancos e firmas, mas estes dão-lhes a possibilidade de obter um crédito destinado especialmente a saldar a dívida. Evidentemente que, neste caso, os juros são ainda mais elevados. Todos os grandes bancos dos EUA promovem estes programas de «ajuda». Porque, na prática, as dívidas apertam cada vez mais quem cai na garra daqueles que podemos qualificar de «usurários do século XX».

O sistema de cartões de crédito acusa um outro aspecto muito curioso. Para obter o «dinheiro de plástico» é necessário preencher um questionário de uns trinta pontos relativos, entre outras coisas, ao estado civil, «curriculum vitae», composição familiar, montante e fonte das receitas, bem como indicar os nomes dos parentes, os locais de residência e alguns aspectos da vida particular.

Fundamentalmente, o que as companhias pretendem é meter o nariz na vida particular do cliente e, está claro, averiguar se ele dispõe de uma fonte oficial de receitas. Só depois é que se pensará dar-lhe o «cartãozinho»...

De facto, diversos institutos privados dos Estados Unidos acumularam, e acumulam, informações confidenciais relativas a quase toda a população adulta do país, pelo que não admira que os Serviços Secretos, designadamente a CIA, manifestem especial interesse pelas mesmas. A própria imprensa americana tem-se referido frequentemente, nos últimos anos, ao aproveitamento ilícito das informações tiradas dos «dossiers» das companhias de crédito.

Mas, entretanto, o sistema do «dinheiro de plástico» continua a aperfeiçoar-se, utilizando equipamentos electrónicos cada vez mais sofisticados. Hoje, circulam nos Estados Unidos cerca de 500 milhões de cartões de crédito. Um americano com emprego pode adquirir-los com relativa facilidade.

Pena é que os cartões não garantam o emprego...

A economia soviética em vésperas de mudanças

- Na origem das alterações estão a escassez da mão-de-obra e as dificuldades crescentes na obtenção de matérias-primas.

O sistema de gestão da economia soviética encontra-se em vésperas de importantes mudanças, de acordo com as decisões do Partido Comunista e do governo soviéticos. A aplicação do conjunto dessas medidas iniciar-se-á fundamentalmente a partir de 1981, data em que começará a execução do 11.º Plano Quinquenal, embora certas medidas correctivas tenham já lugar no decurso do plano actual para 1980.

O problema essencial que se coloca hoje à economia soviética é a da eficácia da produção social. Vindo a ser abordado há já alguns anos, a sua acuidade é agora maior, pois há que encontrar as vias para obter a continuação do crescimento económico.

Até aqui, o crescimento da economia soviética assentava basicamente numa via extensiva. Alargavam-se rapidamente as superfícies cultivadas nos campos, construíam-se novas fábricas, fazendo apelo também a novos contingentes de trabalhadores. Isso tinha, aliás, uma certa lógica: era a forma de criar rapidamente um potencial económico poderoso. Os factores que, encarados prospectivamente, obrigam a uma mudança de orientação são fundamentalmente dois: a falta de mão-de-obra que se faz sentir em numerosas regiões, e a extracção cada vez mais difícil de combustíveis e matérias-primas.

A intensificação da produção é, pois, a forma de que se deve revestir a maior eficácia na produção, com maior racionalidade na utilização dos recursos. Isto não significa a renúncia aos métodos extensivos de crescimento económico. A via a tomar depende das condições concretas. Mas a correlação entre elas altera-se, e o crescimento económico terá de ser assegurado essencialmente pela utilização a fundo dos recursos já

comprometidos com a produção.

Questões novas

Aos factores já apontados, há que acrescentar a maturidade alcançada pela economia soviética, com uma complexidade crescente dos seus laços e conexões. A URSS conta com 50 mil empresas industriais donde saem mais de 20 milhões de artigos. Assiste-se, por outro lado, a uma especialização, concentração e aparecimento de novos ramos. Põem-se ainda problemas a uma escala já mais vista, como sejam as questões relacionadas com a protecção do meio ambiente, a valorização dos recursos do Grande Norte, e as relações económicas externas.

É pois natural que a planificação venha a corresponder à complexidade crescente da economia. Para isso têm-se em vista várias medidas entre as quais avulta a «modernização» da planificação. Vai procurar criar-se um sistema coerente de planos interdependentes, desde o longo prazo até ao anual. O acento tónico será, contudo, posto na planificação a longo prazo.

Mas a par do aperfeiçoamento da planificação centralizada, os direitos das empresas nos domínios de salários, grandes trabalhos, modernização técnica e reformulação organizativa, aumentarão. Assiste-se já a uma mais nítida distinção das

competências de gestão em cada escalão de direcção da economia.

As medidas tomadas prevêem ainda uma maior utilização da chamada programação orientada, de que existe, aliás, já uma boa experiência com o plano GOELRO (electrificação do país a seguir à Revolução), a valorização das terras virgens nos anos 50, e das regiões ricas em petróleo da Sibéria Ocidental, mais recentemente.

A programação orientada (planos sectoriais) visa no essencial resolver por objectivos os problemas fundamentais que se colocam à economia, num prazo curto e com os menores custos possíveis, e para os quais os meios organizativos existentes não bastam.

Anteriormente, os planos sectoriais eram raros e geralmente existiam independentemente do plano. Pretende-se agora que sejam instrumentos normais de planificação. Neste capítulo estão presentes em execução 5 programas orientados desse tipo: poupança de combustíveis, poupança de metais, preparação da zona industrial do BAM, redução do emprego do trabalho manual, e crescimento da fabricação de novos artigos de grande consumo.

As medidas tomadas foram precedidas de experiências em mais de 800 empresas, com verificação prática de numerosas propostas. Isto diz respeito fundamentalmente aos novos critérios de avaliação do funcionamento das empresas, o novo modo de financiamento das investigações científicas, e as novas formas de organização e remuneração do trabalho.

São, pois, de esperar bons resultados.

Os Jogos Olímpicos e a planificação socialista



O Comité de Organização dos próximos Jogos Olímpicos, a realizar em Moscovo do 19 de Julho a 3 de Agosto de 1980, divulgou recentemente o valor global aproximado do custo financeiro da grandiosa manifestação desportiva mundial: 230 milhões de rublos, ou, em dinheiro português, qualquer coisa como 17 milhões de contos.

Como a própria realidade tem demonstrado, a maior parte das despesas motivadas pelas realizações olímpicas deve-se à criação e desenvolvimento das infra-estruturas nas cidades onde se efectuam as competições. Na Olimpíada de 1964, por exemplo, que ocorreu em Tóquio, capital do Japão foram gastos cerca de 25,5 milhões de dólares com a organização dos

jogos propriamente ditos, mas a construção de instalações e equipamentos custou mais 400 milhões, sem esquecer o desenvolvimento de infra-estruturas, o que rondou os 2,5 bilhões de dólares.

A Olimpíada de 80 vai, entretanto, realizar-se num país socialista. O programa económico dos próximos Jogos Olímpicos baseia-se, pois, em princípios absolutamente diferentes. No socialismo a economia desenvolve-se de acordo com planos cientificamente elaborados, que têm em conta o alargamento das próprias cidades. Moscovo, palco dos Jogos, desenvolve-se neste momento de acordo com o Plano Geral previsto até ao ano 2000. Esta a razão por que o Comité Organizador da

próxima Olimpíada não tem necessidade de reunir verbas para obras de construção («Aldeia Olímpica») ou, por exemplo, para a circular urbana que liga as principais instalações desportivas da cidade.

O Estado, através dos organismos competentes, assumiu a responsabilidade de todas essas despesas. No

caso concreto da «Aldeia Olímpica» é de assinalar que, após os Jogos, será transformada num novo bairro residencial, onde ficarão a viver cerca de 15 mil pessoas.

Entretanto, convém recordar que as restantes instalações olímpicas (ao todo são mais de uma centena) estão construídas não só para servir

uma gigantesca manifestação internacional de desporto mas principalmente para servir todo um povo que, no dia a dia, avança com decisão e firmeza rumo à sociedade comunista.

De facto, aquelas instalações teriam sido construídas mesmo que Moscovo não tivesse alcançado o direito de organizar os Jogos. A realização da Olimpíada apenas reduziu, em alguns casos, os prazos das construções. Um exemplo significativo: a circular rodoviária a que já nos referimos deveria estar concluída em 1990, isto de acordo com o Plano Geral de Desenvolvimento da capital soviética. A sua conclusão terminou, assim, com um decénio de avanço.

A cerimónia oficial de abertura da 22.ª edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna terá início às 16 horas do dia 19 de Julho de 1980 no Estádio Central de Lénine, em Moscovo. Pela primeira vez será acesa numa nação socialista a chama olímpica, que assim se manterá até 3 de Agosto, ao longo da mais importante jornada de confraternização desportiva do mundo. Milhares de atletas, representando mais de 120 países de todos os continentes, participarão nas 203 modalidades do programa, ou seja mais cinco que as de Montreal, onde decorreu a última edição dos Jogos Olímpicos (1976).

Há escritores americanos mais conhecidos na URSS do que nos EUA!

- Um em cada três livros publicados na URSS é de autor estrangeiro
- O que se encontra e o que não se encontra nas livrarias soviéticas

O escritor William Styron contou aos jornalistas soviéticos que um dia, ao desembarcar no aeroporto de Moscovo, o funcionário da alfândega leu o seu nome no passaporte e perguntou-lhe: «Sr. Styron, quando é que sai o seu próximo livro?». O escritor ficou espantado e confessou que nunca tinha sido reconhecido no seu próprio país fora dos meios literários.

Este tipo de situações pode surpreender os ocidentais, mas não os soviéticos. Efectivamente, um em cada três livros que se editam na URSS é de um autor estrangeiro. As tiragens são tão elevadas, que é natural que muitos autores ocidentais sejam mais conhecidos na URSS do que nos seus próprios países.

Uma editora soviética a «Editorial Progresso», dedica-se exclusivamente às edições de autores estrangeiros. Revistas literárias, como a «Inostrannaia Literatura» (tiragem de 600 000 exemplares), também publicam contos e novelas integrais nos seus números.

Alguns aspectos da actividade da Editorial Progresso dão bem a ideia do interesse que existe na União Soviética pela vida cultural dos outros povos. Interesse que se enquadra no desejo mais geral do entendimento e cooperação mútua tão necessários à causa da paz: nos últimos 3 anos a «Progresso» editou 176 obras de autores estrangeiros; os autores ocidentais atingem tiragens totais impressionantes, como Jack London (mais de 31 milhões de exemplares), Mark Twain (mais de 21 milhões de exemplares).

Por outro lado acabam de ser publicadas as colecções «Biblioteca da Literatura Mundial» em 200 volumes e 60

milhões de exemplares; os cinco volumes das «Obras-Primas de Poesia Europeia»; «os 50 volumes da «Biblioteca da Literatura Mundial Infantil» e os 150 livros da colecção «O Romance Estrangeiro no Século XX», etc.

Na União Soviética não se faz publicidade aos livros. A frequência regular das livrarias e o facto de elas estarem espalhadas por quase todo o país faz com que circule uma informação constante sobre as obras editadas e a editar, de tal modo que o grande problema é o das edições apesar de atingirem as dezenas de milhares de exemplares, raramente satisfazerem a procura.

Escolha criteriosa

Um dos problemas delicados é o da escolha dos livros estrangeiros a editar. A consulta aos catálogos dos livros publicados revela o amplo leque de autores, países e correntes estéticas que se pretende abarcar.

«Inostrannaia Literatura» tem publicado os mais diversos escritores, como Kafka, Joyce, Robbe-Grillet, Beckett e os modernos Kobo Abe (japonês) ou Luigi Malerba (italiano). Pelas cartas que recebe diariamente dos seus leitores esta revista literária está em condições de acompanhar a evolução do gosto do público soviético, as suas preferências e as suas «paixões». O súbito entusiasmo em torno de um escritor é um fenómeno vulgar que obriga, naturalmente, a alterar as programações das editoras. Recentemente isso ocorreu com Gabriel Garcia Marquez, Iris Murdoch e Arthur Hailey.

Muitos dos livros mais propagandeados no Ocidente não têm sido editados na União Soviética ou, sendo-o, não encontram grande receptividade junto do público. Na escolha das obras a editar existe a preocupação de não traduzir obras que difundam as ideias da guerra, da discriminação, da violência, do racismo.

Muitos jornalistas ocidentais referem que livros como «O Vale das Bonecas» ou «Os

tubarões» deveriam ser publicados na URSS e teriam um grande impacto. Na verdade, esses livros, se bem que promovidos largamente pelas máquinas publicitárias das editoras e das distribuidoras dos filmes a que serviram de tema, não têm nível literário que os recomende nem constituem uma mensagem moral que justifique a sua tradução. Trata-se do aproveitamento de determinadas situações que são rentáveis para as entidades que as explora mas que não têm qualquer significado na história dos povos. Aliás, não deixa de ser significativo que «Inostrannaia Literatura» tenha recusado a edição de «O Padrinho» devido à falta de qualidade literária desta obra e que esse livro tenha sido depois traduzido noutra revista literária não provocando qualquer interesse junto dos leitores soviéticos.

Entretanto, os escritores soviéticos lamentam a sua má fortuna. Quando será que eles são conhecidos no Ocidente, como os seus colegas ocidentais são conhecidos na URSS?



Cento e trinta e cinco milhões de soviéticos estão ocupados na produção social, o que representa mais de 17% do que em 1970

Nos últimos nove anos a população da URSS aumentou 20 milhões

- A população urbana aumenta e a população rural diminui
- Aumenta o número de pessoas com estudos superiores e secundários, assim como o número de pessoas ocupadas na produção social

Segundo dados exactos, a população da União Soviética cifrava-se, a 17 de Janeiro de 1979, em 262 436 000 pessoas. Em relação ao recenseamento de 1970, houve um aumento de 20,7 milhões de pessoas, ou seja 9 por cento. A taxa de crescimento anual apresenta-se estável, na ordem dos 0,92 por cento. A população aumentou em todas as Repúblicas da União.

Estes dados foram fornecidos pelo Departamento Central de Estatísticas, que terminou a análise dos materiais do recenseamento da população efectuado em Janeiro do ano passado. Esses dados caracterizam os efectivos e a repartição da população segundo o sexo, a situação familiar, o nível de instrução, a nacionalidade, a língua e a repartição de ocupações.

A população urbana atingiu em 1979, 164 milhões de habitantes, contra 136 milhões em 1970, ou seja, 62 por cento da população, contra 56 por cento no recenseamento precedente. Os efectivos da população rural diminuíram em 6,9 milhões de pessoas, quer pela migração

dessa população para as cidades, quer pela passagem de localidades rurais a centros urbanos.

O número de pessoas com estudos superiores e secundários (ciclo completo e incompleto) é de 139,1 milhões de pessoas, mais 46 por cento do que no recenseamento de 1970. Regista-se uma aproximação no nível de instrução da população rural e urbana.

A União Soviética é, como se sabe, um Estado composto de mais de uma centena de nações e nacionalidades. As pessoas interrogadas, quando do recenseamento, indicam a sua nacionalidade e a sua língua. Os dados atestam que 93,1 por cento da população

considera a língua da sua nacionalidade como língua materna, e 6,9, a língua de outros povos da URSS. No recenseamento de 1970, o russo era a segunda língua conhecida por 41,9 milhões de pessoas de diferentes nações e nacionalidades da URSS. Em 1979, o seu número subiu para 61,3 milhões de pessoas.

O recenseamento de Janeiro do ano passado mostrou ainda que na União Soviética existem 66,3 milhões de famílias, das quais 29,7 por cento têm dois membros, 28,9 por cento têm três membros, 23 por cento têm quatro membros, 18,4 por cento têm 5 e mais membros.

Ainda segundo o recenseamento de 1979, registam-se 122,6 milhões de homens e mulheres casadas. Em relação a 1970, o seu número aumentou de 15,4 milhões, ou seja de 14,4 por cento.

O número de pessoas ocupadas na produção social cifra-se em 135 milhões, mais de 17 por cento do que em 1970.

Semana

9 Quarta-feira

1964 — Na zona do canal do Panamá as tropas ocupantes norte-americanas assassinam a tiro estudantes que içam a bandeira panamenha naquela zona.

Os representantes dos países da Comunidade Britânica em Londres, juntamente com um grupo de parlamentares do Partido Trabalhista, acusam o governo conservador de Margaret Thatcher de violar os acordos sobre o Zimbábue, pois a promessa da retirada imediata das tropas racistas sul-africanas daquele território não foram cumpridas. ■ A imprensa afegã informa que a conspiração imperialista contra o Afeganistão está a assumir grandes proporções, sobretudo em território do Paquistão onde, além de actividades norte-americanas e chinesas, se reuniram no último fim-de-semana, em Peshawar, dirigentes de quatro organizações contra-revolucionárias afegãs. ■ A embaixada da Bolívia na OEA apresenta um pedido de convocação de uma reunião extraordinária do Conselho Permanente a fim de denunciar a venda de 35 mil toneladas de estanho das reservas estratégicas norte-americanas, o que representará prejuízos de cerca de três milhões de contos para a Bolívia. ■ Cerca de 80 formações políticas vão concorrer às eleições gerais no Peru, convocadas pelo governo militar para 18 de Maio próximo.

10 Quinta-feira

1969 — A Suécia toma-se o primeiro país capitalista europeu a anunciar o estabelecimento de relações diplomáticas com o Vietname do Norte.

O diário brasileiro «A Folha de S. Paulo» afirma que o urânio a fornecer pelo Brasil ao Iraque em troca de petróleo desta país destinara-se à fabricação da bomba atómica do Paquistão, financiada por alguns países da OPEP. ■ O Movimento de Agricultores Norte-Americanos anuncia que discorda energicamente das sanções económicas contra a URSS e que mobilizará uma concentração de lavradores em Washington no próximo mês se Carter não tomar medidas que evitem os prejuízos que o embargo cerealeiro irá causar. ■ Os presidentes dos Países da Linha da Frente decidem que convocarão, se necessário, o Conselho de Segurança das Nações Unidas para pôr termo aos novos problemas da Rodésia originados pelas manobras das autoridades britânicas. ■ A greve dos trabalhadores britânicos do aço aumenta de dimensão, a despeito da repressão policial contra os metalúrgicos que constituem os piquetes sindicais. ■ O presidente Sanjiva Reddy convida a sr.ª Indira Gandhi a formar um novo governo, convite que foi aceite. ■ É revelado em Lima que o advogado Genaro Ledesma Izquierdo será candidato à presidência do Peru por três formações políticas de esquerda — o Partido Comunista Peruano, o Partido Socialista Revolucionário e a Frente Operária, Camponesa, Estudantil e Operária (FOCEP).

11 Sexta-feira

1978 — Joaquim Chamorro Cardinale, jornalista nicaraguense, director do jornal «La Prensa», é assassinado a tiro pela extrema-direita.



Aviso aos aliados dos EUA

O Iraão envia ao Panamá um mandato para a captura do ex-Xá, numa tentativa para obter a sua extradição. ■ O ministro iraniano do Comércio, Reza Sadr, avverte que a imposição de um bloqueio naval norte-americano contra o Iraão conduziria à guerra no Golfo. ■ Os conflitos laborais na Grã-Bretanha agravam-se com uma ameaça de greve por parte dos trabalhadores dos serviços de abastecimento de água e limpeza de esgotos, que pretendem a sua equiparação aos funcionários do gás e das indústrias eléctricas. ■ Entram em vigor os estatutos de autonomia do País Basco e da Catalunha, vinte dias após a sua publicação oficial. ■ O presidente Kaunda, da Zâmbia, afirma que as eleições para a Independência da Rodésia do próximo mês não poderão ser livres nem justas se a Grã-Bretanha mantiver a sua actual posição contra a Frente Patriótica. ■ Intervindo em nome do grupo de países socialistas europeus na Assembleia Geral da ONU, o representante soviético acusa os EUA e a China de estarem a animar uma campanha difamatória à volta da chamada «questão afegã», procurando servir-se da ONU para mascarar os seus planos imperialistas e hegemonistas em relação ao Afeganistão e de estarem a criar um clima de «guerra fria». ■ O governo equatoriano ordena o encerramento de todas as escolas e universidades de Quito para impedir a eclosão de novas manifestações de protesto contra o aumento do custo de vida.

12 Sábado

1958 — A União Soviética propõe uma zona limpa de qualquer arma nuclear entre o Círculo Polar Ártico e o Mediterrâneo.



Exército racista continua na Rodésia

É noticiado que o Exército rodésiano matou sete guerrilheiros e feriram numa refrega com um grupo de combatentes que, embora aceitando integrarem-se num acampamento da «Commonwealth», se recusavam a depor as suas armas como «exigem» as autoridades britânicas. ■ O semanário egípcio «Outubro» afirma que foram presas 2 327 pessoas «procuradas» pela polícia na região de Fayum (sul do Cairo) e de Tanta (delta do Nilo). ■ O presidente da URSS, Leonidas Brejnev, afirma que «são os opositores da paz e do desanuviamento que estão hoje a tentar especular sobre os acontecimentos no Afeganistão, com montanhas de mentiras e uma despusadora campanha anti-soviética», recordando que «pela nossa parte tínhamos já avisado os interessados de que não abandonaríamos o povo afegão se não cessasse a agressão de que estava a ser vítima».

13 Domingo

1959 — Distúrbios no então Congo Belga foram a Bégica a garantir uma «reforma» no regime administrativo da colónia.



O regresso de Nkomo

Joshua Nkomo, líder da ZAPU e co-dirigente da Frente Patriótica, chega a Salisbury, procedente de Lusaka, após um exílio de três anos, sendo aclamado por uma imensa multidão. ■ A URSS opõe o seu veto no Conselho de Segurança da ONU à resolução americana que preconizava sanções contra o Iraão para obter a libertação dos reféns na embaixada dos EUA em Teerão. ■ O arcebispo de São Salvador, monsenhor Oscar Arnáiz Romero, declara na sua homilia que a oligarquia do país está a ampliar e a organizar as suas forças, o que faz antever a iminência de uma guerra civil. ■ O ministro dos NE britânico, «lord» Carrington, afirma em Oman que a Grã-Bretanha não está em posição de «ajudar» militarmente os países do Golfo.

14 Segunda-feira

1813 — É determinada a emancipação dos negros em Buenos Aires; este acto de libertação na América do Sul correspondeu a um movimento generalizado de abolição da escravatura no século XIX.

O governo iraniano avverte os aliados dos EUA para não se deixarem envolver num processo de sanções unilaterais contra o Iraão, considerando que tal atitude iria agravar as respectivas relações. ■ Indira Gandhi toma posse do cargo de primeiro-ministro da Índia acusando os seus antecessores de terem reduzido a economia do país a um estado «chocante». ■ A imprensa da RFA afirma que a visita oficial que o primeiro-ministro espanhol Adolfo Suarez iniciou hoje aos EUA tem a ver com o Iraão e foi promovida pelo chanceler da RFA, Helmut Schmidt. ■ Em conferência de imprensa, o presidente do Afeganistão, Babrak Karmal, refere que foi só quando existiu um perigo directo para a independência e integridade do Afeganistão que a União Soviética enviou, a pedido do novo governo, um contingente limitado de tropas soviéticas.

15 Terça-feira

1973 — O presidente norte-americano Richard Nixon é forçado a ordenar o cessar-fogo das tropas americanas no Vietname.

Cerca de 14 milhões de trabalhadores italianos respondem a uma ordem de greve geral lançada no dia 3 de Janeiro pela central sindical unitária que reúne as confederações sindicais comunista, socialista e democrata-cristã. ■ O presidente do Afeganistão, Babrak Karmal, anuncia a composição final do seu governo, com três militares entre os sete membros do Presidium do Conselho Revolucionário. ■ O estado de saúde do marechal Tito, que foi operado recentemente a uma artéria da perna esquerda, continua grave pois a operação não resultou satisfatoriamente.

O conflito com o Iraão é uma peça da estratégia global dos EUA

As sanções que os Estados Unidos pretendiam que o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptassem contra o Iraão não passaram naquela instância da ONU devido ao veto da União Soviética. Porém, os EUA prosseguem uma política de intensa desestabilização na zona: enquanto altos funcionários do Departamento de Estado americano admitem a hipótese de as sanções serem postas em prática apesar de tal decisão não ter sido adoptada pelo Conselho de Segurança, os EUA concentram na região uma poderosa força naval de guerra.

Com efeito, uma desproporcionada força de guerra englobando 5 porta-aviões, albergando cada um 350 caças-bombardeiros, estaciona presentemente na zona, enquanto especialistas militares da Casa Branca estudam pormenorizadamente as possibilidades de bombardeamento do território do Iraão «por sectores», através da utilização dos bombardeiros estratégicos B-52. Nos planos imperialistas relativos ao Iraão é igualmente admitida a hipótese da aplicação dos chamados «golpes selectivos», que visariam sobretudo o bombardeamento, mesmo nuclear, das grandes zonas dos poços de petróleo e os estaleiros marítimos iranianos, bem como a possibilidade da realização de um «raid» de comandos na própria capital do país.

Sabe-se já que os EUA têm pronta uma «força de intervenção imediata», apta a transferir-se para qualquer ponto do globo e que engloba efectivos na ordem dos 45 mil fuzileiros.

A firmeza de princípios da URSS

Ao usar o direito de veto no Conselho de Segurança da ONU o representante soviético nas Nações Unidas, Oleg Troyanovsk, classificou o conflito que opõe o Iraão aos Estados Unidos como uma questão bilateral entre aqueles dois países, pelo que a pretensão norte-americana de ver o Conselho de Segurança aplicar sanções carecia de qualquer fundamento. Recorde-se que a União Soviética é um dos cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, estatuto que lhe confere a possibilidade de vetar as resoluções daquele organismo.

Simultaneamente, em Moscovo, a Agência «Tass» justificou o uso de tal prerrogativa como um indicio de que a URSS é coerente nas suas palavras e nas suas acções. Comentando a votação, a agência noticiosa soviética afirmaria: Se não tivesse sido a posição de princípio da União Soviética, que resolutamente defendeu o Iraão e voltou a mostrar que as suas palavras são seguidas por acções, círculos imperialistas norte-americanos teriam conseguido impor ao Conselho de Segurança uma decisão do agrado de Washington e teriam consequentemente desferido um golpe na revolução iraniana.

Registe-se que também a RDA votou contra a pretensão americana, enquanto que o México e o Bangla-Desh se absteram. Os restantes países membros, entre os quais Portugal, votaram favoravelmente, à excepção da China, que optou por não estar presente.

Contudo, os Estados Unidos parecem querer fazer tábua-rasa do facto de a sua pretensão não ter sido adoptada no Conselho de Segurança. Para além de poderem vir a decretar sanções unilaterais, há indícios de que a Casa Branca poderá envidar esforços junto dos seus tradicionais aliados

para a obtenção de uma decisão de veto no Conselho de Segurança da ONU. O representante soviético nas Nações Unidas, Oleg Troyanovsk, classificou o conflito que opõe o Iraão aos Estados Unidos como uma questão bilateral entre aqueles dois países, pelo que a pretensão norte-americana de ver o Conselho de Segurança aplicar sanções carecia de qualquer fundamento. Recorde-se que a União Soviética é um dos cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, estatuto que lhe confere a possibilidade de vetar as resoluções daquele organismo.

Simultaneamente, em Moscovo, a Agência «Tass» justificou o uso de tal prerrogativa como um indicio de que a URSS é coerente nas suas palavras e nas suas acções. Comentando a votação, a agência noticiosa soviética afirmaria: Se não tivesse sido a posição de princípio da União Soviética, que resolutamente defendeu o Iraão e voltou a mostrar que as suas palavras são seguidas por acções, círculos imperialistas norte-americanos teriam conseguido impor ao Conselho de Segurança uma decisão do agrado de Washington e teriam consequentemente desferido um golpe na revolução iraniana.

Registe-se que também a RDA votou contra a pretensão americana, enquanto que o México e o Bangla-Desh se absteram. Os restantes países membros, entre os quais Portugal, votaram favoravelmente, à excepção da China, que optou por não estar presente.

Contudo, os Estados Unidos parecem querer fazer tábua-rasa do facto de a sua pretensão não ter sido adoptada no Conselho de Segurança. Para além de poderem vir a decretar sanções unilaterais, há indícios de que a Casa Branca poderá envidar esforços junto dos seus tradicionais aliados

para a obtenção de uma decisão de veto no Conselho de Segurança da ONU. O representante soviético nas Nações Unidas, Oleg Troyanovsk, classificou o conflito que opõe o Iraão aos Estados Unidos como uma questão bilateral entre aqueles dois países, pelo que a pretensão norte-americana de ver o Conselho de Segurança aplicar sanções carecia de qualquer fundamento. Recorde-se que a União Soviética é um dos cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, estatuto que lhe confere a possibilidade de vetar as resoluções daquele organismo.

Simultaneamente, em Moscovo, a Agência «Tass» justificou o uso de tal prerrogativa como um indicio de que a URSS é coerente nas suas palavras e nas suas acções. Comentando a votação, a agência noticiosa soviética afirmaria: Se não tivesse sido a posição de princípio da União Soviética, que resolutamente defendeu o Iraão e voltou a mostrar que as suas palavras são seguidas por acções, círculos imperialistas norte-americanos teriam conseguido impor ao Conselho de Segurança uma decisão do agrado de Washington e teriam consequentemente desferido um golpe na revolução iraniana.

Registe-se que também a RDA votou contra a pretensão americana, enquanto que o México e o Bangla-Desh se absteram. Os restantes países membros, entre os quais Portugal, votaram favoravelmente, à excepção da China, que optou por não estar presente.

Contudo, os Estados Unidos parecem querer fazer tábua-rasa do facto de a sua pretensão não ter sido adoptada no Conselho de Segurança. Para além de poderem vir a decretar sanções unilaterais, há indícios de que a Casa Branca poderá envidar esforços junto dos seus tradicionais aliados

para a obtenção de uma decisão de veto no Conselho de Segurança da ONU. O representante soviético nas Nações Unidas, Oleg Troyanovsk, classificou o conflito que opõe o Iraão aos Estados Unidos como uma questão bilateral entre aqueles dois países, pelo que a pretensão norte-americana de ver o Conselho de Segurança aplicar sanções carecia de qualquer fundamento. Recorde-se que a União Soviética é um dos cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, estatuto que lhe confere a possibilidade de vetar as resoluções daquele organismo.

Simultaneamente, em Moscovo, a Agência «Tass» justificou o uso de tal prerrogativa como um indicio de que a URSS é coerente nas suas palavras e nas suas acções. Comentando a votação, a agência noticiosa soviética afirmaria: Se não tivesse sido a posição de princípio da União Soviética, que resolutamente defendeu o Iraão e voltou a mostrar que as suas palavras são seguidas por acções, círculos imperialistas norte-americanos teriam conseguido impor ao Conselho de Segurança uma decisão do agrado de Washington e teriam consequentemente desferido um golpe na revolução iraniana.

Registe-se que também a RDA votou contra a pretensão americana, enquanto que o México e o Bangla-Desh se absteram. Os restantes países membros, entre os quais Portugal, votaram favoravelmente, à excepção da China, que optou por não estar presente.

no sentido de concretizar um amplo bloqueio económico ao Iraão.

A diplomacia da canhoneira

É neste contexto que a permanência das forças navais de guerra na zona do Golfo Pérsico assume carácter verdadeiramente ameaçador, comprovando uma vez mais que o imperialismo não hesita em utilizar a «diplomacia da canhoneira» quando as suas pretensões não fazem vencimento na arena internacional.

Porém, mais do que uma resposta pontual a uma dada situação de crise, o comportamento dos EUA no conflito que os opõe ao Iraão permite compreender alguns dos vectores da estratégia global da actual administração americana. A este respeito convém recordar a teoria de Zbigniew Brzezinski, um dos mais destacados conselheiros de Carter. De acordo com essa teoria, a que Brzezinski chama o «arco da instabilidade», a zona de crises desenharia, no decorrer dos próximos anos, um arco que se estenderia do Mediterrâneo ao Pacífico e da Grécia ao Japão, pelo que os EUA deveriam tomar determinadas medidas de forma a garantir os interesses americanos na zona...

A criação de um corpo de intervenção imediata, bem como a instalação de bases militares no Egipto e em Israel — e aqui aparece bem a razão pela qual Carter se empenhou tanto nos acordos de Camp David — é uma das provas de que essa estratégia global é muito considerada na Casa Branca.

Porém, toda esta situação que ameaça a paz e a segurança internacionais insere-se num projecto global de retorno ao período da «guerra fria». Ainda recentemente, um dos mais concluídos semanários norte-americanos que reflecte as posições da Casa Branca apelava para Carter no sentido de este tomar uma série de

medidas em política externa que sejam potencialmente mais importantes que todas as tomadas, neste domínio, desde 1948.

O retorno à «guerra fria»

Foi precisamente em 1948 que surgiu a tristemente célebre «teoria Truman», detonadora da «guerra fria», caracterizada por um total empenhamento de Washington na construção de uma «barragem de contenção do comunismo». Foi também nessa data que os EUA elaboraram os seus primeiros planos de invasão da URSS, tendo até os especialistas do Pentágono chegado a fixar datas e locais precisos onde então se desencadeariam ataques nucleares.

As recentes manobras de Outono da NATO reproduziram fielmente as etapas iniciais da sonhada «invasão da URSS» idealizadas há trinta anos...

Aparentemente, neste início da década de oitenta a diplomacia norte-americana parece prolongar os traços característicos da sua acção nos últimos anos da década de 70: mobilização total em várias frentes com vistas à consumação dos seus planos agressivos contra a União Soviética e os países socialistas.

No Extremo-Oriente, os EUA tentam empurrar o Japão para uma confrontação militar com a União Soviética, enquanto intensificam o descarado «namoro» com as autoridades de Pequim; na Europa, conseguem levar os seus aliados a votar favoravelmente a instalação de mísseis «Pershing-2» em território europeu; no Mediterrâneo oriental e no sul da Europa, os EUA reforçam a sua presença e reequipam as suas bases militares.

É neste contexto que o conflito iraniano-americano pode vir a constituir o detonador de uma grave crise de consequências imprevisíveis.



Trabalhista Inglês, referia-se que os executivos da filial britânica da General Motors resistiam a qualquer actividade sindical, devendo os gerentes «fazer os possíveis para que os empregados não se sintam compelidos ou inclinados a filiar-se no sindicato». Quanto aos sindicatos já instituídos, é preciso exercer sobre as suas actividades uma vigilância rigorosa para que não alarguem os contactos com os sindicatos que funcionam à margem da ITT.

Esta política das multinacionais fez com que, em alguns países (Nigéria, Singapura) as actividades sindicais fossem reduzidas verticalmente ou mesmo suspensas, ao passo que, em outros países (Indonésia, Coreia do Sul) contribuiu para a liquidação, «de facto», dos sindicatos.

Constitui também prática corrente das multinacionais a ocultação do fisco e dos trabalhadores dos seus reais lucros. «Paraísos tributários», como as Bahamas, as Bermudas, as Antilhas, ou a Libéria, são verdadeiros «achados» para as multinacionais. Para esses «paraísos», são transferidos os lucros provenientes de países onde os impostos são mais pesados, e diz-se depois aos operários que reivindicam aumentos salariais, que as empresas são pouco rentáveis ou até deficitárias. É também por isso que os sindicatos e diversas organizações internacionais exigem, cada vez com mais frequência, que lhes seja fornecida informação exacta sobre as actividades das multinacionais.

As propostas de o carácter da actividade das multinacionais passa também pela inactivação e apoio a regimes ditatoriais e fascistas. Não obstante, o movimento operário ganha força e muitas organizações internacionais de trabalhadores participam na recolha de informações sobre a actividade das multinacionais. Conselhos sindicais internacionais formados, por exemplo, nas empresas da «General Motors», «Ford», «Chrysler», «Volkswagen», «Saint-Gobain» e de outras companhias, e comités de coordenação permanente de diversos ramos industriais, integram-se activamente no combate contra as políticas. São exemplos de paralisações realizadas simultaneamente em várias empresas das multinacionais, em sinal de protesto contra os despedimentos em massa e em apoio às exigências de aumentos salariais.

Prática anti-social

Os proprietários das multinacionais gostam de sublinhar que os salários nas suas empresas são superiores aos de outras firmas. Omitem, porém, que esse privilégio beneficia apenas os operários de elevada qualificação, enquanto que o salário de centenas de milhares de operários, sobretudo estrangeiros, empregados por elas — inclusive nos países industrialmente desenvolvidos da Europa Ocidental — é cerca de 20 por cento inferior ao dos operários locais.

As diferenças de remuneração entre as categorias profissionais choca, sobretudo, nos países em vias de desenvolvimento. Por exemplo, nas sucursais filipinas das multinacionais norte-americanas, essas diferenças situam-se na proporção de 1/10, enquanto que nos próprios EUA não vão além de 1/4. Por outro lado, algumas multinacionais («IBM» e «Kodak», por exemplo) não reconhecem sindicatos nas suas empresas. Outras criam o seu próprio sistema de relações laborais, que pretende excluir greves e outras formas de luta dos trabalhadores. Numa instrução para os gerentes da «ITT», divulgada pelo Partido

Quem quer e quem não quer a independência do Zimbábue

A presença de tropas sul-africanas em território rodésiano e o amplo apoio financeiro concedido pelos racistas sul-africanos a Abel Muzorewa, tudo isto perante o olhar benevolente do governador britânico «lord» Soammes, ameaçam frustrar os planos de paz nesta região do continente africano e constituem uma violação flagrante dos acordos de paz de Lancaster House. Outra violação aos acordos de paz tem vindo a ser praticada pelo governador britânico: o recurso e a utilização sistemática de tropas rodésianas ao lado das forças militares britânicas causa fortes preocupações tanto entre as forças que se batem pela verdadeira independência da colónia britânica como entre os países da Linha da Frente — Moçambique, Tanzânia, Angola, Zâmbia e Botsuana.

LIÁS, numa recente cimeira realizada na cidade moçambicana da Beira, os presidentes dos referidos países, depois de uma reunião de quatro horas e meia, não deixaram de exprimir num comunicado as suas preocupações pela situação e de manifestar a sua firme disposição de empreender as acções julgadas necessárias para lhe fazer face. Entre elas, os representantes dos países da Linha da Frente admitem a possibilidade de convocarem o Conselho de Segurança das Nações Unidas, para que este organismo se pronuncie sobre a situação na Rodésia. Os países da Linha da Frente acusam as autoridades britânicas de estarem a impedir a aplicação integral dos acordos de paz, criando deste modo uma situação tensa que ameaça a paz e a segurança não só no território rodésiano mas em toda a África Austral. Os países da Linha da Frente referem ainda o facto, significativo, de os partidos que constituem a Frente Patriótica do Zimbábue — a ZANU e a ZAPU — terem até agora respeitado escrupulosamente os acordos assinados em Lancaster House, o que não tem acontecido nem com a parte britânica nem com as forças combinadas de Smith-Muzorewa.

As tensões que agora, de novo, se desencadeiam em território rodésiano são tanto mais graves quanto se verificam a pouco mais de um mês das datas marcadas para as eleições que assinalarão o termo do domínio britânico na sua colónia, e constituem um indicativo claro da maneira como as autoridades britânicas visualizam o seu último período de permanência em território rodésiano: criação de dificuldades às forças que, como a ZANU e a ZAPU, lutaram durante anos e anos contra o colonialismo e o neocolonialismo; olhos fechados e apoio indirecto aos racistas rodésianos e aos grupos fantoches que a eles se juntaram.

JOSHUA Nkomo, líder da ZAPU e co-presidente da Frente Patriótica regressou já à sua pátria, tendo sido entusiasticamente recebido por muitos milhares de compatriotas seus; no próximo domingo, é a vez de Robert Mugabe, líder da ZANU, chegar a Salisbury. É preciso que a unidade combativa que, durante tantos anos, constituiu o segredo do êxito da luta de resistência ao colonialismo, ao neocolonialismo e ao racismo se mantenha agora, nas novas condições, para que a construção de um Zimbábue verdadeiramente independente e democrático seja um facto, a curto prazo.

Trabalhadores enfrentam a crise do capitalismo em Inglaterra e Itália

O descontentamento popular face a políticas conservadoras que em nada resolvem os problemas nacionais são uma realidade que a imprensa internacional tenta camuflar mas que, no entanto, não deixa de constituir um poderoso factor a ter em conta nos países da Europa capitalista. Dois casos ilustram tal aspecto: os conflitos laborais verificados na Grã-Bretanha e em Itália. Enquanto os 130 mil trabalhadores da indústria britânica do aço entram na terceira semana de greve — que tem suscitado não só a solidariedade de outros importantes sectores estatais como ameaça estender-se ao sector privado — na Itália, na passada terça-feira, cerca de 14 milhões de trabalhadores paralisaram a sua actividade, respondendo ao apelo das principais centrais sindicais, como forma de protesto contra a política económica do governo democrata-cristão.

A greve nacional da indústria do aço é o primeiro grande conflito laboral que se verifica em Inglaterra, depois de formação do gabinete conservador chefiado por Margaret Thatcher. E logo neste primeiro embate entre a vontade dos trabalhadores e os desígnios governamentais, Thatcher deu provas de como encara as relações com as organizações representativas dos trabalhadores, lançando forças policiais contra os piquetes de greve. Ainda recentemente registaram-se violentas cargas policiais contra trabalhadores em diversas fábricas inglesas, tendo as autoridades procedido à prisão de numerosos trabalhadores.

Esses incidentes verificaram-se na sequência da publicação de legislação contra os piquetes de greve e da decisão adoptada pelos dirigentes sindicais de controlarem a chegada às empresas de aço importado através da constituição de mais de nove mil piquetes, organizados depois de ter redundado em fracasso uma reunião realizada entre as partes em conflito.

Os trabalhadores britânicos do aço reivindicam aumentos salariais

...e em Espanha também

Também em Espanha, milhares de trabalhadores desenvolvem acções reivindicativas para melhorar as suas condições de trabalho e de vida. Destaca-se para a greve dos 30 mil trabalhadores da fábrica de automóveis «Seat» em Barcelona e dos trabalhadores de quatro jornais diários desta cidade.

Na província de Madrid, está convocada uma greve dos trabalhadores da construção civil a partir do dia 21 abrangendo mais de oitenta mil trabalhadores. Nessa mesma data realizar-se-á

que lhes permitam fazer face ao aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade — a taxa de inflação atinge os 17 por cento. Simultaneamente, repudiam os planos conservadores que têm por objectivo acabar com 62 mil postos de trabalho no sector nacionalizado, a pretexto de uma pretensa «falta de competição no mercado mundial do aço» da British Steel Corporation.

Por sua vez, os trabalhadores do sector privado, que produzem 25 por cento do aço britânico, poderão também entrar em luta como forma de solidariedade para com os operários do sector nacionalizado, o que dará ainda maior amplitude à luta dos metalúrgicos britânicos.

A estas movimentações, que dão a medida do profundo descontentamento popular face à política seguida pelo governo conservador chefiado pela senhora Thatcher, poderão ainda juntar-se em breve, a «falta de competição no mercado mundial do aço» da canva e de aço do País de Gales, ameaçados já pelo governo que se propõe reduzir 40 por cento a produção dessas matérias.

Contra uma política económica ruinosa

Na jornada de luta da passada terça-feira, cerca de 14 milhões de trabalhadores italianos manifestaram uma vez mais o seu descontentamento pela política económica do governo democrata-cristão, que não consegue resolver a profunda crise económica que o país atravessa, agravando-a ainda mais com a orientação que tem vindo a seguir.

Enquanto a taxa de inflação não cessa de crescer, o número de trabalhadores desempregados aumenta desmesuradamente, superando mesmo os valores do último Verão, em que esse número atingiu a cifra de 1 milhão e 900 mil — o que corresponde a cerca de 8,2 por cento da população activa. É a juventude em dos sectores mais atingidos por esta situação, já que dois terços do número de desempregados são jovens com menos de 29 anos.

uma paralisação dos trabalhadores da marinha mercante.

Esta vaga de greves que se regista em Espanha ocorre pouco depois de a central sindical afecta ao PSOE — a UGT — ter assinado um pacto social com as confederações patronais, facto que tem sido violentamente criticado pelas «Comissões Obreras», que se recusaram a subscrivê-lo.

Os trabalhadores espanhóis, através destas suas acções reivindicativas, mostram que não estão dispostos a capitalizar perante as forças patronais ou o governo de Suarez.

O Afeganistão na mira do imperialismo

O imperialismo e a reacção internacional desencadearam a pretexto dos acontecimentos no Afeganistão e da ajuda da URSS à República Democrática do Afeganistão, uma nova e poderosa campanha de mistificação e de intoxicação da opinião pública internacional baseada no mais primário anticomunismo e anti-sovietismo.

Em Portugal essa campanha ganhou eco, nomeadamente através de megalómanas declarações e atitudes do novo governo da "AD" e com a participação activa da RTP, da RDP e de outros órgãos da comunicação social estatizada.

Hipocritamente, o imperialismo e a reacção arvoram-se

em defensores da independência e soberania do Afeganistão, erguem o espectro da ameaça que pairaria sobre a segurança do Paquistão, da China e de outros países da região, tenta apresentar a URSS e os restantes países socialistas como ameaças à paz e à segurança internacional. Ressuscitam velhas teses da guerra fria, nomeadamente a "ameaça russa".

A realidade é bem diferente. No Afeganistão, a Revolução de Abril de 1978 vibrou um golpe nas forças reaccionárias internas e no imperialismo. Desde logo se iniciaram as manobras tendentes a destruir as conquistas da revolução. A partir do Paquistão, da China e mesmo do

Irão, o imperialismo violou a independência e a soberania da República Democrática do Afeganistão, criou bases de agressão, armou contra-revolucionários, realizou uma política de intriga, divisão e desestabilização que, não se pôs em perigo a revolução afegã como visou claramente criar e ganhar bases de provocação e agressão contra a URSS e o campo socialista.

A actualização do imperialismo no Afeganistão não pode, assim, desligar-se da situação no Médio Oriente: as movimentações de forças militares americanas na zona, as ameaças de intervenção militar no Irão, o reforço das bases

americanas do Indico, a criação da chamada "força de intervenção imediata" destinada a intervir rapidamente no Médio Oriente ou em qualquer outra parte do globo — acontecimentos todos eles anteriores aos recentes acontecimentos no Afeganistão — constituem as várias faces da mesma estratégia global do imperialismo.

A violência da campanha imperialista é expressão da profunda crise do capitalismo, da qual os meios mais reaccionários e agressivos pretendem sair jogando no agravamento da situação internacional, na intensificação da corrida aos armamentos.

O que a reacção quer destruir

A Revolução de 27 de Abril de 1978 realizou-se sob a direcção e o apelo do Partido Popular Democrático do Afeganistão, derrubando o regime de Mohammed Daoud, instalado no poder desde o golpe de Estado de Julho de 1973, durante o qual foi proclamada a República.

O Conselho Revolucionário, órgão do novo poder estatal, proclamou o Afeganistão uma República Democrática e elegeu Taraki, secretário-geral do PPDA, como seu presidente e primeiro-ministro.

A vida transformou-se radicalmente no novo Afeganistão democrático:

- realizou-se uma reforma agrária: cerca de metade da terra era, anteriormente, propriedade de grandes senhores feudais;

- foram abolidas as dívidas e hipotecas dos camponeses sem terra e dos pequenos proprietários aos senhores feudais e usurários (mais de 11 milhões de afegãos foram abrangidos por esta medida);

- reforçou-se o sector estatal da economia;

- democratizou-se o aparelho de Estado;
- a questão nacional teve uma solução democrática;

- eliminou-se a influência do colonialismo e do neocolonialismo;

- conquistaram-se e consolidaram-se as liberdades democráticas;

- garantiu-se a igualdade dos direitos das mulheres;

- procedeu-se à estabilização e controlo de preços;

- eliminaram-se os casamentos em idade prematura;

- garantiu-se a instrução primária, geral, obrigatória e gratuita;

- introduziu-se a assistência médica gratuita;

- reduziu-se a jornada de trabalho;

- no campo da política externa, desenvolveu-se uma política pacífica de não alinhamento, com base nos princípios da coexistência pacífica, de apoio aos movimentos de libertação nacional, de consolidação das relações de amizade, boa vizinhança e cooperação com todos os países vizinhos.

É contra estas realizações que agora investem as forças imperialistas; é esta transformação radical da pátria afegã que os imperialistas não cessaram nunca de pôr em causa, aliados à reacção interna, oligarquia e feudal; mas é a nova pátria afegã que o seu povo saberá defender.

Carta de Kabul

A propósito e a despropósito dos acontecimentos no Afeganistão os meios de informação ocidentais dominados pelo imperialismo desencadearam nos últimos dias, sob a batuta de Washington, uma intensa campanha de propaganda anti-soviética e anticomunista, em moldes de autêntica guerra fria. Mas sob as torrentes de palavras os factos são escamoteados: a propaganda imperialista visa tordar as consciências e impor as opiniões, e não propriamente informar com verdade, fornecendo ao público dados objectivos que lhe permitam formar a sua própria opinião.

Que se passa realmente no Afeganistão? Que pensa e que faz actualmente esse povo, momentânea e hipocritamente transformado pela propaganda imperialista e reaccionária em centro de atracção do interesse mundial?

Joaquim Pires Jorge, membro do Comité Central do PCP, esteve em Kabul. Ali se deslocou e permaneceu durante alguns dias por indicação do CC do PCP a fim de se inteirar localmente e poder informar o Partido acerca da situação no país. A "Carta de Kabul" que junto publicamos resume as primeiras impressões colhidas ao vivo por Pires Jorge e tem o valor de um testemunho directo.

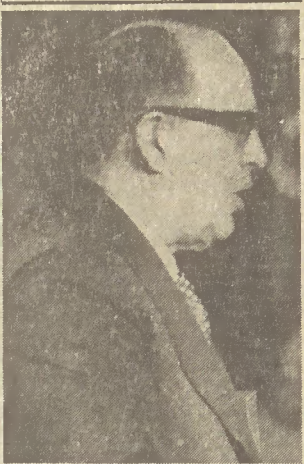
Kabul — Nos últimos dias da segunda semana de Janeiro deram-se acontecimentos muito significativos para o desenvolvimento e consolidação do poder democrático no Afeganistão. Um, foi a eleição dum novo Comité Central do Partido Popular Democrático do Afeganistão, da sua Comissão Política e do seu secretário-geral, Babrak Karmal, que ocupa simultaneamente os cargos de presidente do Conselho Revolucionário e de primeiro-ministro. Na sequência, foi também formado o novo governo, sendo de salientar que três dos ministros (o da Agricultura, do Comércio e da Saúde) não pertencem ao Partido.

Outro acontecimento de relevo foi a realização no dia 10 de uma conferência de imprensa com a participação de cerca de duzentos correspondentes de jornais e cadeias de televisão de todo o mundo, entre elas as dos Estados Unidos da América, na qual Babrak Karmal, depois de uma breve exposição, se colocou à disposição dos jornalistas presentes. A todas as perguntas, algumas delas agressivas e com laivos de provocação, respondeu com segurança, serenidade e firmeza próprias de um dirigente que tem confiança no povo e no qual o povo confia.

Até agora foram libertados dez mil presos (quatro mil em Kabul e seis mil no resto do país) o que tem dado origem a diversas manifestações de apoio popular ao governo. Estes presos tinham sido encarcerados por Amin, homem de mão dos americanos, que prometia o socialismo em dez anos ao povo do Afeganistão mas metia na prisão os patriotas sem processo ou nota de culpa e preparava o terreno para deixar o país à mercê dos imperialistas.

Nos contactos havidos com dirigentes do Partido e outras personalidades tive oportunidade de verificar a confiança de todos no futuro do seu país e ao mesmo tempo a consciência que a reacção ainda não está completamente vencida.

Eles sabem que têm de fazer frente ao atraso secular, acabar com o analfabetismo e a humilhante situação da mulher, que constitui metade da população e não pode parti-



Pires Jorge

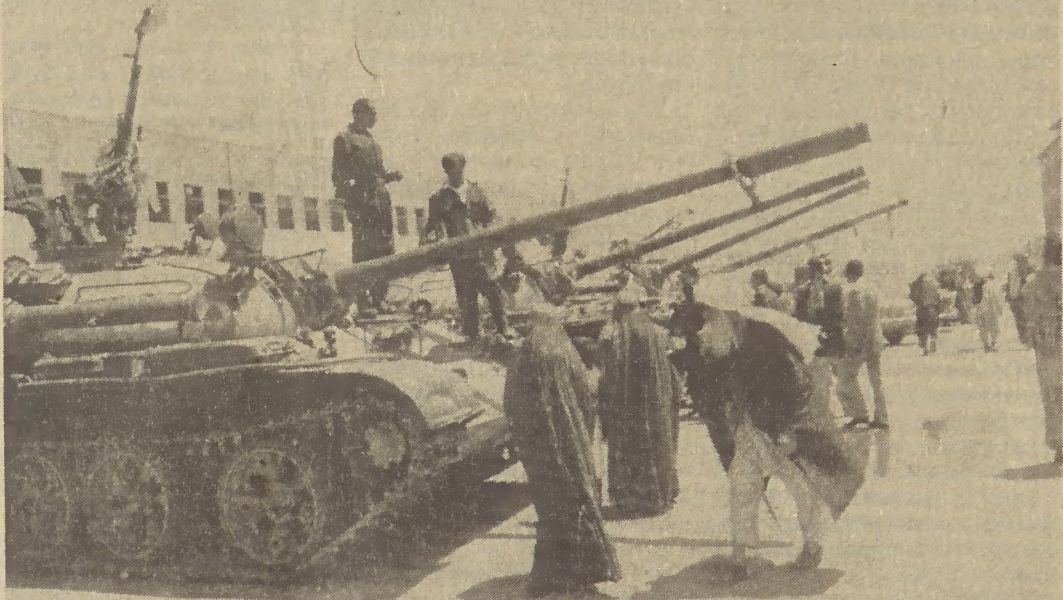
intensa preparação militar. Esta realidade é bem conhecida. Entretanto, forja-se a partir destes mesmos países a calúnia e a mentira com o objectivo de enganar os povos de todo o mundo e prosseguirem a sua política contra a República Democrática do Afeganistão.

A nossa estadia em Kabul, as visitas a vários pontos da cidade e dos seus arredores, inclusivamente a uma prisão, situada a 25 quilómetros da capital, para assistir à libertação de presos, permite-nos afirmar que a vida ali é calma e não parece estamos num país onde, há pouco, as forças patrióticas, contando com o apoio popular, derubaram o poder terrorista de Amin.

As mesquitas estão abertas ao culto, a população fervilha nas ruas, os vendedores ambulantes oferecem as suas mercadorias, os engraxadores atendem os seus clientes, os barbeiros cortam o cabelo ao ar livre, ouve-se música na rua. Nas estradas, o movimento de automóveis, de camionetas de carga e de passageiros é intenso. Os bazares e os outros estabelecimentos fazem os seus negócios, com excepção das lojas com artigos para os turistas. Estes diminuíram as vendas também. Os donos destas lojas não estão contentes.

Como é óbvio, os edifícios do Estado estão guardados por forças militares, mas não se verifica qualquer aparato bélico. As noites são calmas e apenas se ouvem passar os blindados na sua ronda habitual. A população recolhe cedo numa cidade como esta, a cerca de dois mil metros de altitude, que está rodeada — muito perto — por altas montanhas cobertas de neve e cuja temperatura baixa repentinamente ao entardecer. O frio é intenso neste mês de Janeiro, particularmente depois do pôr do sol que, aqui, tem bilhado todos os dias.

Em síntese, o forasteiro mais desprevenido pode até nem se aperceber do que se está a passar. Mas, o observador mais atento sente que o governo tem o poder e a iniciativa na sua mão, o que é muito bom sintoma. E sente também que se começa a percorrer o caminho, que não será fácil, mas que acabará com o atraso no Afeganistão para dar lugar a uma sociedade nova, moderna e progressista.



Em 27 de Abril de 1978 também houve, como quatro anos antes em Portugal, flores nas armas que libertaram o Afeganistão de um regime caduco. É este símbolo que o imperialismo quer destruir, foi este símbolo que desde então a reacção interna aliada ao imperialismo tentou rasgar, usando outras armas, estas sem flores. Mas o povo afegão, firme na defesa das conquistas de Abril, venceu e vencerá

Porquê as dores de cabeça em Londres, Washington e Pequim?

As dores de cabeça em Londres, Washington e Pequim pela situação no Afeganistão têm causas muito concretas que qualquer dos três faz por esquecer.

A "amnésia" do governo conservador de Londres vai ao ponto de esquecer que foi precisamente a Inglaterra, e quando um gabinete conservador estava no poder, que impôs três sangrentas guerras no Afeganistão, tentando obrigar o povo afegão a inclinar-se perante os "lords" colonizadores. Quando o povo afegão por três vezes destruiu o exército britânico e expulsou os ingleses do seu país, os fariseus políticos das margens do Tamisa, utilizando a estratégia imperial de dividir para reinar, lançaram intrigas contra o Afeganistão recordando disputas entre as diferentes tribos e instigando contra o Afeganistão os seus vizinhos.

Esta foi a tática do passado que se repete nos nossos dias. Logo após a vitória da Revolução de Abril no Afeganistão, o vizinho Paquistão tornou-se, de repente, num objecto "turístico" bastante procurado por diversos tipos de "peregrinos" idos de Washington e de Pequim. Especialmente para os agentes da CIA...

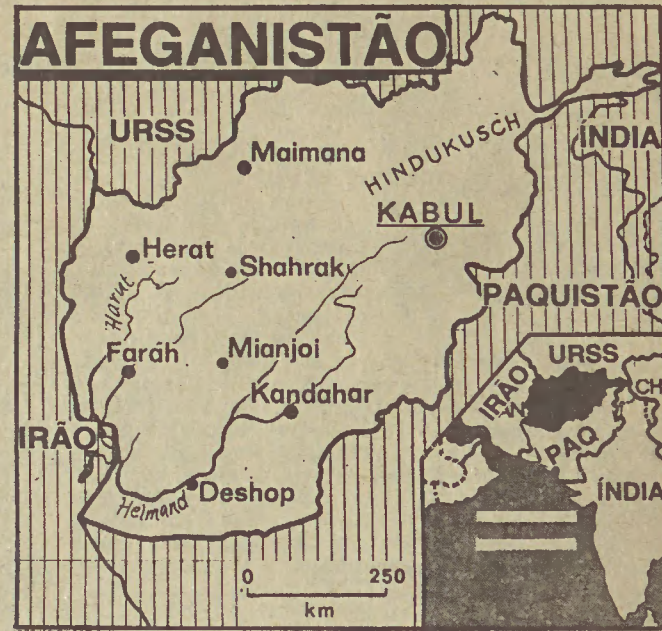
Um após outro, mestres da actividade subversiva para aí se dirigiram. Como depois informou a imprensa sob a sua direcção, foram criados no território do Paquistão mais de dez campos especiais de instrução destinados a grupos de bandoleiros anti-afegãos.

A cidade paquistanesa de Peshawar, situada na fronteira com o Afeganistão, foi mesmo transformada em centro de preparação de forças anti-afegãos e de operações militares, nas quais, aliás, participaram oficiais paquistaneses do quadro permanente do exército regular. Os bandoleiros e contra-revolucionários eram instruídos nesses campos por oficiais das forças armadas paquistanesas e por conselheiros militares americanos, egípcios e chineses, enquanto Washington e Pequim forneciam armamento, munições e equipamento, para já não falar no dinheiro.

Washington não fala nestes factos; esqueceu-os. Para a Casa Branca, um tal comportamento não significa a ingerência nos assuntos internos doutro Estado! Mas o que é certo é que os mercenários de Washington e Pequim mataram habitantes pacíficos, liquidaram povoações, destruíram

O Afeganistão situa-se no continente asiático, com uma superfície de 647 500 quilómetros quadrados (cerca de 7 vezes maior que Portugal), e possui fronteiras com a União Soviética, o Irão, o Paquistão e a China.

País montanhoso com cerca de 18 milhões de habitantes, dos quais cerca de 70 por cento trabalham na agricultura. Em 1978, cerca de 95 por cento da população era analfabeta e o rendimento anual "per capita" não ultrapassava os 60 dólares. Integrado por numerosos povos de diferentes etnias e crenças religiosas, a religião muçulmana é a dominante, com larguíssima predominância dos sunitas sobre os chiitas — ao contrário do que acontece no Irão.



A posição da União Soviética

Muito se tem especulado com a posição da URSS. A entrevista concedida por L. Brejnev, no passado domingo ao «Pravda», de que a seguir reproduzimos extractos, repõe a verdade dos factos, desmentindo calúnias e falsas acusações.

Os adversários da paz e do desanuviamento tentam, hoje, especular com os acontecimentos do Afeganistão. Constroem-se montanhas de mentiras em volta destes acontecimentos e monta-se uma vergonhosa campanha anti-soviética. Mas que aconteceu na realidade, no Afeganistão?

Em Abril de 1978, deu-se ali uma Revolução. O povo afegão tomou nas suas mãos o seu destino e enveredou pelo caminho da independência e da liberdade. Como tem acontecido sempre na História, as forças do passado levantaram-se contra a Revolução. O povo do Afeganistão, evidentemente, poderia tê-las enfrentado, com êxito, sozinho. Mas desde os primeiros dias da Revolução, defrontou-se com uma agressão externa, com uma ingerência grosseira nos seus assuntos internos.

Milhares, dezenas de milhares de insurrectos e sediciosos armados e treinados no estrangeiro, unidades armadas inteiras foram introduzidas no território do Afeganistão. Com efeito, o imperialismo, juntamente com os seus cúmplices, desencadeou uma guerra não declarada contra o Afeganistão revolucionário.

O Afeganistão pediu persistentemente o fim da agressão, o que lhe teria permitido construir uma nova vida em paz. Resistindo à agressão externa, os dirigentes do Afeganistão, ainda sob a presidência de Taraki e, mais tarde, solicitaram reiteradamente ajuda à União Soviética. Pela nossa parte, advertimos aqueles a quem isso se referia que, se a agressão não cessasse, nós não

imperialismo e permitir que as forças agressivas repetissem nesse país o que fizeram, por exemplo, no Chile, onde a liberdade do povo foi afogada em sangue. Actuar de outro modo, teria significado esperar passivamente que, na nossa fronteira sul, se criasse um foco de séria ameaça para a segurança do Estado soviético.

Quando nos dirigiu um pedido de ajuda, o Afeganistão baseou-se nas claras disposições do Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação, concluído com a URSS em Dezembro de 1978, e no direito à auto-defesa individual ou colectiva que cada Estado tem, em harmonia com a Carta das Nações Unidas, direito esse que outros Estados têm exercido mais do que uma vez.

Não foi, para nós, uma decisão simples enviar contingentes soviéticos para ajudar os afegãos a repelir a agressão do exterior. Mas o Comité Central do Partido e o governo soviético actuaram com plena consciência das suas responsabilidades, atendendo a todo o conjunto de circunstâncias. A única missão dos contingentes soviéticos é a de ajudar os afegãos a repelir a agressão exterior. São retirados completamente do Afeganistão logo que tiverem desaparecido as causas que levaram a direcção afegã a pedir a sua entrada.

A propaganda imperialista e a propaganda de Pequim, também, distorcem deliberadamente e sem vergonha o papel da União Soviética nos assuntos afegãos.

É evidente que não houve, nem há, uma «intervenção» ou «agressão» soviética. O que há é que nós ajudamos o novo Afeganistão, a pedido do seu governo,

a defender a independência nacional, a liberdade e a honra do país de acções agressivas vindas do exterior.

Mais ainda, nem os interesses, nem a segurança nacional dos Estados Unidos da América e de outros Estados são afectados, de algum modo, pelos acontecimentos no Afeganistão. Quaisquer tentativas de apresentar os acontecimentos de outro modo são um absurdo. Essas tentativas realizam-se com má intenção, com o fim de facilitar a realização dos seus próprios planos imperialistas.

São também absolutamente falsas as alegações de que a União Soviética tem certos planos expansionistas em relação ao Paquistão, ao Irão e a outros países dessa área. A política e a psicologia dos colonialistas é-nos alheia. Não cobicamos as terras ou as riquezas dos outros. São os colonialistas quem são atraídos pelo cheiro do petróleo.

Afiguram-se simplesmente farisaicas as divagações sobre a «ameaça soviética à paz» e de «guardiões da moral internacional», por parte de quem conta, no seu passado, de quem não moveu um único dedo quando os agressores chineses fizeram a sua incursão armada no interior do Vietname socialista, de quem mantêm há décadas uma base militar no solo de Cuba contra a vontade do seu povo e do seu governo, daqueles que estão a brandir as armas, ameaçam com um bloqueio e exercem pressões militares abertas contra o povo iraniano, enviando para as costas do Irão uma Esquadra equipada com armas atómicas e que inclui grande parte da frota de porta-aviões dos Estados Unidos.

E, em relação a isto, deve-se referir um último ponto. Está realmente, em curso uma ingerência nos assuntos internos do Afeganistão, devendo assinalar-se que, para tal, é utilizada uma tão alta e prestigiada Organização como é a das Nações Unidas. Com efeito, não se pode definir senão com um espequeamento grosseiro dos direitos soberanos do Estado afegão os debates nas Nações Unidas em torno da chamada «questão afegã», apesar das objecções do Governo do Afeganistão.

Do governo afegão e da sua representação responsável na Organização das Nações Unidas, foi ouvido por todos: deixai-nos em paz porque os contingentes militares soviéticos vieram a nosso pedido e de acordo com o Tratado soviético-afegão e com o Artigo 51.º da Carta das Nações Unidas. Entretanto, atenta, a coberto dessa propaganda, o apoio aos elementos que se introduzem no Afeganistão, e realizam actos agressivos contra o governo legítimo.

Há pouco tempo, a Casa Branca anunciou abertamente a sua decisão de aumentar o fornecimento a esses elementos de equipamento militar e de tudo quanto for necessário para as actividades hostis. A imprensa ocidental informou que durante as suas conversações em Pequim, o secretário da Defesa do EUA combinou com a direcção chinesa a coordenação dessas acções.

Antes de encerrar o tema afegão, é preciso dizer que a reacção hostil das forças imperialistas aos acontecimentos no Afeganistão não constitui surpresa. O essencial é que falou, ali, uma cartada dos imperialistas e dos seus cúmplices.

Em resumo, os acontecimentos no Afeganistão não são a verdadeira causa da deterioração da conjuntura internacional. Se não tivesse sido o Afeganistão, certos meios dos Estados Unidos e da NATO teriam encontrado, sem dúvida, um outro pretexto para envenenar a situação no mundo.

Enfim, a totalidade dos passos dados pela administração americana à luz dos acontecimentos no Afeganistão, o congelamento do Tratado SALT-2, a recusa de fornecimento de uma série de mercadorias à URSS, nomeadamente trigo, na base de alguns contratos já concluídos, a suspensão das conversações com a União Soviética relativas a diversos aspectos das relações bilaterais, etc., evidenciam que Washington procura, de novo, tal como há décadas atrás, falar connosco utilizando a linguagem da «guerra fria». É de notar que a administração Carter ignora ostensivamente importantes documentos interestatais, rompe laços estabelecidos nos campos da ciência, da cultura e dos contactos humanos.

É difícil enumerar os tratados, acordos intergovernamentais, entendimentos e consensos entre os nossos dois países em diversos domínios, que não tenham sido ultimamente desonrados pelo governo do Presidente Carter.

Nós, evidentemente, passaremos sem estas ou aquelas relações com os Estados Unidos. De facto, nós nunca procurámos esses contactos como uma espécie de favor dos EUA, pois pensamos que são recíprocamente vantajosos e correspondem aos interesses dos povos dos nossos dois países e, em primeiro lugar, ao reforço da paz.

Mas o facto de Washington se

arrogar um pretendo direito de «compensar» e «punir» países soberanos e independentes levanta uma questão de princípio. Com este comportamento o governo dos Estados Unidos põe praticamente em causa o sistema que rege as relações entre os Estados no campo do Direito Internacional.

Em consequência dessas acções da administração Carter, os Estados Unidos aparecem cada vez mais nitidamente aos olhos do mundo como um parceiro nada seguro, nas relações interestatais, como um Estado cujos dirigentes movidos por uma vontade, um capricho, um impulso emocional, ou por considerações de vantagens imediatas, apreciadas de uma forma subjectiva, são capazes de quebrar, em qualquer momento, os seus compromissos internacionais e desprezar tratados e acordos que assinaram. Será necessário, agora, explicar o tremendo efeito desestabilizador que isso exerce no conjunto da situação internacional, tanto mais que se trata da direcção de uma grande e influente potência da parte de quem os povos têm todo o direito de esperar uma política ponderada e responsável?

Sem dúvida que estes actos da administração dos Estados Unidos não nos causaram os prejuízos pretendidos manifestamente pelos seus promotores. As referências, cínicas ao «agravamento» das condições alimentares da União Soviética, após a recusa dos Estados Unidos de nos venderem cereais, fundamentam-se em ideias absurdas acerca do nosso potencial económico. O povo soviético dispõe de possibilidades suficientes para viver e trabalhar tranquilamente, para realizar os planos previstos e melhorar o seu

bem-estar. Concretamente, posso assegurar-vos que os planos de aprovisionamento de pão aos soviéticos não serão diminuídos nem sequer em um quiló.

Nós não podemos avaliar esta acção da administração americana senão como uma tentativa mal reflectida de explorar os acontecimentos no Afeganistão, para obstruir os esforços internacionais orientados para a diminuição do perigo de guerra, o reforço da paz, a limitação da corrida aos armamentos, ou seja, para bloquear tudo quanto é de interesse vital para a Humanidade.

As medidas unilaterais tomadas pelos Estados Unidos equivalem a um sério erro político. Tal como um «boom» elas acabam, mais cedo ou mais tarde, por atingir os seus autores.

Se, com todas essas investidas contra a nossa política, se pretende pôr à prova a nossa resistência, está-se a ignorar totalmente a experiência histórica. Quando, em 1917, nasceu o primeiro Estado socialista do mundo, o nosso povo não pediu autorização a ninguém. Hoje, tal como então, é ele quem decide das leis que regem a sua vida. O imperialismo tentou submeter-nos a uma dura prova, logo nos alvares do poder soviético. Todos se recordam de quais foram os resultados. Os agressores fascistas tentaram, também, quebrar-nos na guerra mais sanguinária que a Humanidade jamais conheceu. Mas foram derrotados. Submeteram-nos a provações, durante os anos da «guerra fria», pelo que empurraram o mundo para a beira de um abismo e desencadearam crises internacionais, umas após outras. Mas também, então, ninguém conseguiu fazer-nos vacilar.